



Anais da Assembléia

N.º 145

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1983.

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 136.ª SESSÃO ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1983
(Quinta-feira)

Presidência do sr. deputado Trajano Bastos, secretariada pelos srs. deputados Fiori Luiz e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Antônio Belinati, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Nelson Buffara (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE— (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 178/83

Curitiba, 13 de dezembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de solicitar providências de vossa excelência, no sentido de que as matérias de que tratam as Mensagens n.ºs 150/83, 172/83, 173/83 e 174/83, sejam incluídas entre as arroladas para apreciação no atual período de convocação extraordinária dessa augusta Casa de Leis.

Outrossim, aproveito da oportunidade para comunicá-lo que a convocação extraordinária desta Assembléia Legislativa, objeto da Mensagem n.º 170/83, foi para até 30 dias, a contar de 06 de dezembro e não como constou da aludida Mensagem.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

—(a) JOSÉ RICHÁ — Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime

de Urgência aos Projetos de Lei n.ºs 254, 255, 256, 257 e 258/83.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja aplicado o disposto no artigo 108 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, dos Projetos de Lei n.ºs 222, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 254, 231, 255, 256, 257 e 258/83.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo falecimento ocorrido dia 13 de dezembro do corrente, nesta Capital, do dr. HASSAN CURY, cirurgião-dentista.

O extinto, pessoa de grandes qualidades morais e profissionais, era filho da sra. Mahassen Cury e irmão de Laila Nurita e Georgete, e cunhado de João Elias Abdalla e do falecido Acir José, ex-deputado estadual.

Seu passamento deixa grande consternação na sociedade curitibana.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, nesta Capital, do ex-servidor desta Casa, sr. JOSÉ ADER.

Funcionário exemplar que foi desta Casa, por longos anos, sempre procurou desempenhar com a maior probidade os encargos que lhes eram afetos, carreando assim, a consideração e o respeito de seus colegas e superiores dentro do Poder Legislativo.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo falecimento ocorrido na cidade de Cruz Machado, no dia 13 do corrente, da sra. GENI OTTO.

A extinta, além de consternar a sociedade local com o seu passamento, deixou viúvo o sr. Henrique Otto, filhos e netos, entre os filhos o sr. Victor Otto, grande líder do PMDB

naquela cidade, tendo sido candidato à prefeitura daquela comuna, no último pleito eleitoral.

Requer ainda que, uma vez aprovado o presente, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do dr. ASSAN CURY, ocorrido no dia 13 de dezembro de 1983.

Solicita ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na cidade de Londrina, no dia 13 do corrente, do sr. BRUNO ROBERTO MATTIOILLI.

O extinto deixa viúva a sra. Estela Junqueira Mattioli e dois filhos. Seu passamento vem consternar a sociedade local, por tratar-se de pessoa de exemplo de bondade, dignidade e honradez.

Associando-se às manifestações de pesar é que solicitamos a presente consignação nos Anais desta augusta Casa de Leis, e que de seu pronunciamento seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de congratulações ao prefeito Roque Pimenta de Oliveira, de Sertaneja, pela passagem do 31.º aniversário de emancipação política do município, extensivo aos Poderes Legislativo e Judiciário e à comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de congratulações ao prefeito Edegar Canhim, de Alvorada do Sul, pela passagem de mais um aniversário de emancipação política do município, extensivo aos Poderes Legislativo e Judiciário e à comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de congratulações ao prefeito José Teixeira Filho, de Terra Roxa, pela passagem do 22.º aniversário de emancipação política do município,

extensivo aos Poderes Legislativo e Judiciário e à comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de congratulações ao prefeito Renato Cardoso Machado, de Colorado, pela passagem de mais um aniversário de emancipação política do município, extensivo aos Poderes Legislativo e Judiciário e à comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de congratulações ao prefeito José Clóvis Trombini, de Leopoldina, pela passagem do 31.º aniversário de emancipação política do município, extensivo aos Poderes Legislativo e Judiciário e à comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, para que seja consignada na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Juranda, pela passagem do seu 2.º aniversário de emancipação político-administrativa, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo sr. Diemes Amadei, prefeito municipal, ao excelentíssimo sr. João Calixto Oliveira Neto, presidente da Câmara Municipal e aos excelentíssimos srs. presidentes das agremiações partidárias existentes na cidade.

Criado em 1981, no dia 16 de dezembro, através da Lei n.º 7.549, desmembrando-se de Mamborê, Juranda instalou-se efetivamente neste ano, no dia primeiro de fevereiro, com a posse do seu primeiro prefeito, excelentíssimo sr. Diemes Amadei, e de seus primeiros integrantes da Câmara Municipal de Vereadores.

Seu desmembramento deveu-se especialmente pelo desenvolvimento verificado nos últimos anos, e que conseqüentemente contribuiu para o crescimento e fortalecimento das atividades comerciais.

Juranda é um dos municípios do Estado, recentemente criados, sendo o mais novo da região a que pertence. Justamente por esta condição, constata-se diversas dificuldades iniciais, em função de que não existe no novo município, uma estrutura condizente com o seu grau de desenvolvimento, havendo a necessidade de executar obras imprescindíveis, notadamente as de caráter social.

É preciso, portanto, que seja reafirmado a disposição dos quase dez mil moradores de Juranda, voltada para condicioná-la mais amplamente para o processo desenvolvimentista.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de congratulações ao Poder Judiciário do Estado pela criação das Comarcas de Rio Branco do Sul e Piraquara.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma velha aspiração, tanto da população de Rio Branco do Sul como de Piraquara.

Para o caso de Rio Branco do Sul, o atendimento judiciário centralizado também com o município de Almirante Tamandaré, trará benéficos resultados.

Já para o caso de Piraquara, englobando também o município de Quatro Barras, o atendimento beneficiará aproximadamente 150.000 habitantes.

Considerando-se que a Comarca de Curitiba, pelo astronômico crescimento que teve nos últimos anos, só teve avolumado o atendimento judiciário, o desmembramento dos referidos municípios evitará defasagem futura e um melhor atendimento com a criação de novas comarcas.

Por esta razão, congratulamo-nos com nosso Tribunal de Justiça, julgando plausível a medida adotada pelo egrégio Poder Judiciário do Estado, cujos resultados evidenciar-se-ão assim que definitivamente instaladas as comarcas de Rio Branco do Sul e Piraquara.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, para que seja consignada na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Boa Esperança, pela passagem do seu 19.^o aniversário de emancipação político-administrativa, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo sr. Celso Buscariol, prefeito municipal, ao excelentíssimo sr. presidente da Câmara Municipal de Vereadores, José Edivaldo Valese e aos excelentíssimos srs. presidentes das agremiações partidárias existentes.

Criado através da Lei n.^o 4.844, no dia 06 de março de 1964, instalando-se no dia 14 de dezembro do mesmo ano, Boa Esperança sempre ocupou papel de destaque na estrutura econômica da região à qual pertence, sendo grande produtora de diversos cultivos agrícolas, para o fornecimento do comércio local, bem como o escoamento aos grandes centros consumidores.

Mesmo diante dos constantes processos desenvolvimentistas de Boa Esperança, seu engrandecimento não foi mais amplo e efetivo, em decorrência das diretrizes políticas adotadas nos últimos anos no País, notadamente no setor agrícola. Tal realidade fez com que surgissem vários problemas, tendo graves conseqüências, como o desaparecimento basicamente das pequenas propriedades agrícolas, ante a falta de uma política de incentivo e as constantes modernizações tecnológicas, desempregando os trabalhadores do setor, que sem outra alternativa, rumaram ilusoriamente para os chamados grandes centros urbanos, ocorrendo o êxodo rural.

Como comprovação dessa constatação, basta dizer que Boa Esperança tinha uma população total em 1970, de pouco mais de 14 mil, sendo sua maioria residente na zona rural, enquanto que em 1980 (segundo também o Censo), a população total era de apenas pouco mais de 11 mil, existindo uma diminuição, portanto, do contingente populacional.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja consignada na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Peabiru, pela passagem do seu 31.^o aniversário de emancipação político-administrativa, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo sr. prefeito municipal, Nelson Proença, ao presidente da Câmara Municipal de Vereadores, excelentíssimo sr. Olávio da Silveira e aos excelentíssimos srs. presidentes das agremiações partidárias existentes na cidade.

Todos os ciclos da história da Microrregião 12 (COMCAM), desde os primeiros instantes, estão indiscutivelmente ligados com Peabiru.

Diversas as comunidades que foram dependentes ou influenciadas pelos desdobramentos da colonização, das atividades agrícolas e da criação dos primeiros estabelecimentos comerciais, sendo tais fatos, verdadeiros sustentáculos por tempo, aqueles mesmos povoados circunvizinhos, que são hoje importantes municípios como Peabiru.

No final da década de 40 e início de 50, Peabiru apresentava constantes avanços em seu crescimento, vindo a desmembrar-se de Campo Mourão, através da Lei n.^o 790, do dia 14 de novembro de 1.951, tendo sido instalado no ano seguinte, em 14 de dezembro de 1.952.

Hoje, Peabiru constitui-se de grande importância, não apenas daquela região, mas em termos de Paraná, principalmente pelo fator agrícola, onde suas ricas e imensas terras produzem diversificadamente, destacando-se a soja, o trigo, o arroz, o milho e o feijão, que são escoados por rodovias que servem a região, ou são armazenados em modernas unidades agrícolas existentes.

Por outro lado, mesmo com grande entusiasmo de sua gente, voltado para o crescimento de Peabiru, muitos tiveram que deixar suas lides agrícolas, que asseguravam sua sobrevivência, deslocando-se para outras regiões, talvez menos atingidas pela política do setor.

Tal conjuntura, fez com que o contingente populacional diminuísse sensivelmente, pois, em 1970, o total da população era de mais de 24 mil, e segundo o Censo de 80, caiu para pouco mais de 16 mil, especialmente na zona rural.

Sala das Sessões, em 15 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de regozijo aos organizadores da 8.^a Festa do pêssego e do Ovo e 4.^a Feira Agroindustrial do Município de Araucária, pelo êxito alcançado quando de sua realização nos dias 10 e 11 do corrente.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

Já é tradicional a Festa do Pêssego e do Ovo, em Araucária, como também sua Feira Agroindustrial. E neste ano, como não poderia deixar de ser, sua realização foi revestida de absoluto sucesso, não obstante ser prejudicada a dupla festividade pelo mau tempo reinante, principalmente em seu primeiro dia.

Todavia, mais uma vez primou pela organização e os objetivos foram colhidos. Número incalculável de pessoas da própria localidade e de toda a região metropolitana abrilhantou a promoção, contribuindo dessa forma com os seus organizadores e principalmente, com seus expositores.

Muitas toneladas de pêssego foram vendidas, das mais

variadas espécies, a preços diversificados e ao alcance de todos, satisfazendo assim aos que compareceram no Parque da Cachoeira. Também milhares de dúzias de ovos foram comercializadas, igualmente a preços acessíveis.

Enfim, mesmo enfrentando as dificuldades causadas pelas chuvas torrenciais, pode-se dizer que Araucária engalanou-se novamente, comprovando ser o município um dos maiores produtores e incentivadores do plantio de pêssegos e criação de galinhas em todo o País.

Deve-se portanto, o sucesso, de mais essa realização aos coordenadores, organizadores e expositores, além do público que compreendeu o esforço dos mesmos e soube como prestigiá-los.

Assim sendo, sr. presidente, estamos requerendo um voto de regozijo ao prefeito Rogério Donato Kampa e ao vice-prefeito Getúlio Montegutte Cardoso, grandes incentivadores da exposição, ao sr. Aldair Miguel Buiar pela magnífica coordenadoria, assim como aos expositores, produtores, demais autoridades e à população de Araucária, por mais este triunfo, que certamente será repetido em 1984.

A todos, nossas congratulações.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento de expediente ao excelentíssimo sr. secretário da Administração, solicitando a colocação de gabiões, ou seja feito serviço de enrocamento no Balneário Caiobá, no município de Matinhos, através da Emopar.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

Parte do trecho que liga o balneário Caiobá a Matinhos, principal rodovia de acesso, sofreu serviços de reparos com a construção de passeios ao longo da praia para maior segurança dos banhistas, e embelezamento e modernização do local.

Todavia, embora tais serviços tenham sido executados dentro das normas técnicas, o fluxo e refluxo das águas, principalmente em marés altas, vêm ocasionando sérios transtornos, solapando os areais com a formação de erosões que poderão, caso não haja precaução, fazer com que as águas ameacem as margens e danifiquem a rodovia.

Julgamos que a colocação de gabiões naqueles locais, ou mesmo havendo possibilidade de enrocá-los, seria a medida cautelar mais acertada, serviços esses que ficariam aos cuidados da Emopar.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. governador do Estado, objetivando a liberação de recursos para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público de Araruna.

Com vistas à necessidade do pagamento aos funcionários, no que diz respeito ao 13.º Salário, a prefeitura municipal de Araruna encontra-se com escassez de recursos de ordem financeira, em face da difícil situação deixada por gestões anteriores.

A má distribuição de renda existente em nosso País, nada mais é do que a consequência da concentração de recurso financeiro em poder do governo federal, oriundo da cobrança de vários impostos, que por sua vez, não retornam, em sua maioria, aos

Estados e municípios, deixando estes mesmos, com diversas problemas causados pela insuficiência ou inexistência de recursos. Tal realidade é a responsável por vários problemas, destacando-se os sociais, como a falta de um condicionamento que permita se pagar condignamente os funcionários públicos, como os de Araruna.

Neste sentido, pelas razões expostas, espera-se por parte do excelentíssimo sr. governador, um posicionamento que possibilite o atendimento o mais urgente do que ora é proposto, dado a expectativa existente nos funcionários públicos.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. governador do Estado, no sentido de que seja liberado, em caráter de urgência, recursos de ordem financeira para ser aplicado no pagamento do 13.º Salário do funcionalismo público, de Barbosa Ferraz.

Vivencia-se nos dias atuais, uma grave crise geradora de vários problemas de ordem social, fruto de uma política do governo federal, que nada ou pouco faz para adotar diretrizes que se voltem para a eliminação dos desníveis do poder aquisitivo da população brasileira.

É sabido que dentre as inúmeras, destaca-se a má distribuição dos impostos, onde o governo federal fica com mais de 80 por cento do total arrecadado, sobrando aos municípios menos de 5 por cento.

Tal situação coloca os municípios em crise, ao ponto de não possuírem recurso para pagamento dos funcionários no que se refere ao 13.º salário.

Neste sentido, espera-se por parte do excelentíssimo sr. governador do Estado, a tomada de medidas que se dirijam para a concretização do que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. governador do Estado, objetivando a liberação de recursos para pagamento do 13.º Salário ao funcionalismo público de Engenheiro Beltrão.

Com vistas à necessidade do pagamento aos funcionários no que diz respeito ao 13.º salário, a prefeitura municipal de Engenheiro Beltrão encontra-se com escassez de recursos de ordem financeira, em face da difícil situação deixada por gestões anteriores.

Aquela situação, prende-se ao fato de não existir uma estrutura tributária que assegure aos municípios condições condizentes com as reais necessidades dos mesmos, havendo grandiosa concentração financeira por parte do governo federal, que por sua vez, não os repassa, deixando-os em difícil situação, como acontece com Engenheiro Beltrão.

É imprescindível, conforme as razões ora discorridas, que haja por parte de sua excelência uma postura que seja capaz de atender o mais urgente possível o proposto, haja visto a expectativa existente nos funcionários públicos.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos em caráter emergencial, a serem aplicados no pagamento do 13.º Salário ao funcionalismo público de Campina da Lagoa.

O conjunto dos funcionários de Campina da Lagoa, tendo em vista o ano que se finda, na expectativa, aguarda a tomada de medidas que lhes assegurem o pagamento do 13.º Salário, onde a esse respeito a Administração Municipal de Campina da Lagoa ante à ausência de recursos, se vê impossibilitada de garantir o cumprimento de tal obrigação salarial.

Aquela situação, prende-se ao fato de que não existe uma estrutura tributária que assegure aos municípios uma maior parcela de recursos, havendo grandiosa concentração financeira por parte do governo federal, que por sua vez, não os repassa aos municípios, deixando-os em difícil situação, como Campina da Lagoa.

Espera-se por parte do excelentíssimo sr. governador do Estado, um posicionamento capaz de garantir o pagamento aos funcionários públicos, eliminando, em parte, as dificuldades que estes têm vivenciado nos últimos anos, em decorrência da falta de uma atenção mais condizente.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente à excelentíssima sra. secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli da Rocha Loures, solicitando urgentes medidas visando a construção de onze novas salas de aula na Escola Estadual Anita Garibaldi - Ensino de 1.º Grau, localizada no município de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Anita Garibaldi é a que comporta o maior número de alunos em Jardim Alegre. No entanto, apesar de sua importância, onze de suas salas de aula continuam em estado precário, prejudicando, de forma sensível, o rendimento dos alunos. Assim sendo, é imprescindível que sejam substituídas pela construção de novas salas.

Esse é um problema cuja solução depende da participação do governo estadual, tendo em vista ainda que a Educação figura em nosso programa de governo, como prioridade.

Por outro lado, o atendimento a esta reivindicação, virá de encontro aos anseios comunitários daquele município.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao sr. secretário de Estado dos Transportes, deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando seja incluído no próximo Orçamento a pavimentação da rodovia que liga os municípios de Borrazópolis a Cambira, interligando as localidades de Três Barras, Porto Ubá e Ponte Preta.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) IRONDY PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Borrazópolis polariza, juntamente com Cambira,

grande centro de pecuária e produção cafeeira no Norte pioneiro.

A dificuldade, para o escoamento da produção, bem como o acesso aos municípios vizinhos, torna-se difícil, feito através destas rodovias de "chão batido".

Em virtude disso, solicitamos ao sr. presidente, seja enviado ao sr. secretário dos Transportes, o envio de expediente, solicitando a pavimentação dos trechos localizados entre Borrazópolis e Cambira, interligando as localidades de Três Placas, Porto Ubá e Ponte Preta, numa distância média de 60 km.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, fulcrado nos dispositivos contidos no Regimento Interno desta Casa Legislativa, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo sr. Ministro da Agricultura, dr. Amaury Stábile, ao excelentíssimo sr. presidente do Incra, dr. Paulo Yokota, e ao ilustríssimo coordenador regional do Incra no Estado do Paraná, dr. José Guilherme Lobo Cavagnari, solicitando a não redução da alíquota do ITR para o exercício de 1984, aos municípios declarados em situação de emergência, pelas enchentes que assolaram o Estado do Paraná, no ano em curso, em número de 264 (duzentos e sessenta e quatro).

REQUER ainda, que do presente pronunciamento, se dê ciência também ao excelentíssimo Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, sr. Danilo Venturini, e ao ilustríssimo chefe do departamento de Cadastro e Tributação do Incra, dr. Guilherme Galo.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Incra, através de sua Coordenadoria Regional do Paraná e do Departamento de Cadastro e Tributação está por finalizar estudos, os quais visam solicitar ao Ministério da Agricultura, reduções nas alíquotas do ITR - Imposto Territorial Rural - na ordem de 90 por cento, em 270 municípios paranaenses, declarados em estado de calamidade pública e situação de emergência, em virtude das enchentes que assolaram o Estado do Paraná, no ano em curso.

Meritória a medida se na realidade viesse atingir o âmago da questão. O campo agrícola só foi efetivamente atingido em seus municípios que foram, pelo governo estadual, declarados em estado de calamidade pública. Os demais 264 municípios, declarados tão somente em situação de emergência, tiveram insignificantes perdas, as quais, no universo global, nada representam.

Podendo parecer um paradoxo, mas o ITR como parcela de tributação é ínfima, em uma comparação de per si, entretanto, quando retorna em forma de distribuição de arrecadação, seu volume é bem representativo, compondo como um forte recurso para os municípios.

Sua redução, neste momento, tomando-se por base tanto os municípios que ficaram em estado de calamidade pública e os em situação de emergência, se estaria promovendo um consubstancial prejuízo à municipalidade, tendo em vista a crítica e desesperadora situação financeira dos municípios, que, no caso paranaense, é acrescido em muito pelos prejuízos com a malha viária.

Assim sendo, não é justo a redução do ITR fora do âmbito dos municípios que foram classificados como em estado de calamidade pública.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao senhor Governador do Estado, José Richa, para que, através da Secretaria de Estado das Finanças, gestione junto à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A, a fim de doar à prefeitura municipal de Sabáudia o prédio do hospital daquela cidade, que se encontra em litígio com aquele estabelecimento oficial de crédito financeiro, através do processo de execução hipotecária.

Tal apelo se faz, com a finalidade de possibilitar a utilização imediata pela prefeitura do prédio em questão, em prol da população de Sabáudia e região que se encontra desprovida de atendimento hospitalar.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) IRONDY PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

"PREFEITURA MUNICIPAL DE SABÁUDIA
Estado do Paraná

Sabáudia, 19 de setembro de 1983.

Ofício nº 164/83

Ex^{mo} Sr. Dr.

JOSÉ RICHÁ

DD. Governador do Estado

REFERÊNCIA — HOSPITAL MUNICIPAL

Prezado senhor.

Sirvo-me da presente a fim de solicitar os seus préstimos no sentido de considerar a resolver problema de crucial importância que aflige nosso município e nossos concidadãos.

Sabáudia, progressista comunidade deste norte paranaense, com quase oito mil habitantes, com excelente produção agrícola e pecuária, orgulhando-se por ser em todo o País, o município com o maior parque granjeiro, tem ainda o infortúnio de ser uma CIDADE SEM ATENDIMENTO HOSPITALAR!

Esta é a verdade. Não possuímos HOSPITAL em nossa cidade. O atendimento que nos é dado é feito por Astorga, Arapongas, Apucarana e Londrina. Os casos mais graves quem resolve é Deus!

Durante as gestões dos Governos Municipal e Estadual passados, foi feito pelo nosso município, a doação de uma área de 2.600 metros quadrados — lote de terras sob o nº 13-B-2, zona urbana, ao Dr. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, médico radicado em Astorga, que comprometeu-se construir uma unidade hospitalar para atendimento de nossa comunidade.

Conseguiu financiamento junto ao BANESTADO S/A - CRÉDITO IMOBILIÁRIO no valor de Cr\$ 3.072.510,00 (três milhões, setenta e dois mil, quinhentos e dez cruzeiros), para construção de um prédio de alvenaria a ser ali edificado com área de 301,55 metros quadrados.

A obra desenvolveu-se a contento, tendo a unidade hospitalar seu acabamento, um pouco mais do prazo estabelecido, tendo o município, além do terreno doado, contribuído com terraplenagem, muros, água, luz, isenção tributária, enfim, tudo que era permitido ajudou e fez!

Ocorre que as dificuldades econômicas-financeiras do citado médico, decorrentes dos reajustes dos valores das prestações do financiamento, somadas à impossibilidade de firmar convênios com órgãos previdenciários, fez com que o hospital, apesar de construído e aparelhado, não pudesse funcionar.

Desde abril de 1982, a bela construção que resolveria de vez, os problemas de Sabáudia, ficou abandonada, sujeita aos rigores do tempo. De nada valeram as doações e as contribuições!

Ingressou, o BANESTADO S/A com um processo de execução hipotecária, ficando depositário do imóvel,

tramitando o feito no juízo da Comarca de Astorga.

Desde nossa posse, tivemos oportunidade de nos preocupar com tal problema, tendo, inclusive, discutido o mesmo com o ex-presidente Léo de Almeida Neves.

Mudada a direção do órgão, não mudou, no entanto, nossa situação; tivemos um HOSPITAL CONSTRUÍDO COM RECURSOS DO ESTADO e o município dele não pode auferir nenhum proveito. Para Sabáudia temos o médico do Posto de Saúde e o que atende o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Feita esta exposição, e cientes de que, para o município de Sabáudia, o médico dr. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, tudo fará para possibilitar e viabilizar uma solução, é que venho à presença de vossa excelência solicitar sua especial atenção, no sentido de, em comum acordo com o BASNESTADO, DOAR o prédio aqui descrito, a fim de que possamos utilizá-lo, sob nossa administração, com médicos já encontrados e que se dispõem a trabalhar para nossa comunidade, resolvendo este angustioso problema.

Confiando no alto espírito humanitário e de homem público voltado às grandes causas, encarecemos toda sua atenção e especial carinho.

Confiante, agradeço.

(a) MOACIR R. B. POLETTTO
Prefeito Municipal "

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. presidente, srs. deputados.

(Lê): Estamos presenciando pela primeira vez, após quase 20 anos, a imposição de uma nova lei tributária estadual. Em todos os governos, desde Paulo Pimentel, até o atual, as modificações na política fiscal e tributária tiveram em sua elaboração, ampla participação do empresariado local.

Agora, o que vemos? Um governo, que em época de campanha, pregou a democracia. Um governo que, depois de instalado, afirmou praticar a "democracia participativa". No entanto, temos em mãos a tentativa de imposição de uma lei, tributária, sem que o empresariado tenha sido consultado. Ela não tem nada de democrática. Antes, INSTITUI A DITADURA FISCAL.

Só para exemplificar, podemos citar, entre outros pontos, a pretensão governamental de usar a polícia, órgão conhecido pelo uso da repressão violenta, simplesmente para satisfazer a sua ganância fiscal.

Felizmente os empresários se manifestaram e impuseram a eliminação desta parte, em conversações com os políticos das duas bancadas. O resultado foi o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 249/83. Mas, o governo não desistiu, pois pretende voltar à carga no próximo ano, referente notícias.

Não foi só isso, o governo interferiu no substitutivo, acrescentando medidas que não entraram no consenso entre políticos e empresários. Esse acordo era de apenas adequar a legislação estadual à Emenda Passos Porto, bem como a inclusão da cláusula, que fixa as alíquotas do ICM.

Agora o substitutivo traz em seu bojo a chamada 10ª alteração, onde reajusta as multas, contra os infratores desta reforma fiscal, em mais de cem vezes o valor original.

Perguntamos mais ainda: qual será a pequena empresa que terá condições para pagar uma multa de 25.000 ORTN ou de Cr\$ 175.300,00, sem correr o risco de fechar as suas portas? Mesmo com a redução de vinte por cento, prevista na 12ª alteração, a multa será acima da capacidade destas empresas.

Para agravar o problema, a 7ª Alteração instituiu a correção monetária não nos índices expurgados, apresentados pelo governo federal, mas, mês a mês, com base nas variações das ORTNs.

A pior proposta deste Substituto, no entanto, é o aumento de 16 para 17 por cento nas alíquotas do ICM, nas operações internas. O empresariado paranaense não aceitou, nem irá aceitar tal voracidade. Documento, confirmando a posição dos empresários e do povo trabalhador de nosso Estado, foi enviado ao senhor governador e aos senhores deputados, com as assinaturas dos presidentes da Federação das Indústrias, Federação do Comércio, Federação das Associações Comerciais, Federação do Comércio Varejista, além de entidades sindicais dos trabalhadores.

O próprio governador, José Richa, e seu secretário Erasmo Garanhão, manifestaram-se no início contra esse aumento. Declarações foram feitas que o Paraná está com as finanças equilibradas, por isso, eles mesmos afirmaram que não haveria necessidade de acréscimo no ICM.

Agora depois da aprovação pelo Congresso Nacional de uma mensagem presidencial, instituindo um aumento do teto máximo, nas alíquotas do ICM, cujo objetivo era principalmente sanear as finanças dos Estados nordestinos, tentaram impor à opinião pública, a idéia que seriam obrigados a aceitar uma pseudo imposição federal.

Mas, tal fato não é verdade, nosso Paraná não precisa seguir a decisão do Congresso uma vez que a Constituição nos assegura a liberdade de opção de alíquotas, desde que respeitado o valor máximo, instituído por aquela Casa.

Além do mais, o Paraná certamente não ganhará em arrecadação com esse aumento, pois o povo não tem condições, para suportar mais este encargo fiscal. As consequências lógicas serão: diminuição nas vendas, aumento da recessão, desemprego e, por fim, a queda na arrecadação, devido ao estrangulamento da economia.

Por outro lado, a manutenção das alíquotas atuais, proporcionará a reativação da economia, pois empresas dos Estados vizinhos serão atraídas a pagar o tributo no Paraná aumentando a arrecadação, devido ao estrangulamento da economia.

Por outro lado, a manutenção das alíquotas atuais, proporcionará a reativação da economia, pois empresas dos Estados vizinhos serão atraídas a pagar o tributo no Paraná, aumentando a arrecadação, além de gerar empregos e ampliar o capital circulante.

É bom lembrar, que aumento, de ICM, foi por diversas vezes criticado por pessoas ligadas ao governo estadual, como uma manobra da SEPLAN, como uma medida que vizava neutralizar os 100 por cento de aumento salarial, concedido pelo Decreto-Lei 2.065. Agora, o próprio governo estadual propõe esse aumento, sem levar em conta, que isso sai do bolso do consumidor. Aquele que é obrigado a usar os mais variados artifícios, para por os alimentos em sua mesa. Se a situação desse consumidor é difícil agora, como ficará, com mais esta carga tributária?

Nós, como cristãos, não podemos aceitar a insensibilidade com que o atual governo estadual está tratando a reforma tributária. Somos contra o aumento das alíquotas do ICM, contra a instituição de multas exorbitantes e contra tudo o que o homem público em bom senso também é contra".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Senhor presidente, nobres senhores deputados.

Estamos dando entrada de um requerimento na tarde de hoje, em atenção principalmente a uma reivindicação

que nos chegou ao conhecimento por parte do senhor secretário de Segurança Pública deste Estado.

Pretende esse requerimento o envio de expediente ao Ministro da Agricultura e também ao presidente do INCRA, solicitando a não redução da alíquota do ITR para o exercício de 1984, aos municípios declarados em situação de emergências pelas enchentes que assolaram o Estado do Paraná no ano em curso.

Senhor presidente, senhores deputados.

O INCRA através de sua Coordenadoria Regional do Paraná e do Departamento de Cadastro e Tributação, está por finalizar estudos nos quais visam solicitar ao Ministério da Agricultura reduções nas alíquotas do ITR — Imposto Territorial Rural — na ordem de 90 por cento em 270 municípios paranaenses declarados em estado de calamidade pública e situação de emergência em virtude das enchentes que assolaram o Estado do Paraná no ano em curso. Meritória a medida se, na realidade, viesse atingir o âmago da questão. O campo agrícola só foi efetivamente atingido em seis municípios que foram, pelo governo estadual, declarados em estado de calamidade pública; os demais duzentos e sessenta e quatro municípios declarados tão somente em situação de emergência tiveram perdas que poderíamos, em alguns setores considerar até como insignificantes as quais, no universo global, nada representam. Podendo parecer um paradoxo, mas o ITR, como parcela de tributação é ínfima em uma comparação de per si; entretanto, quando retorna, em forma de uma comparação de distribuição de arrecadação, seu volume é bem representativo compondo como um forte recurso para os municípios. Sua redução, neste momento, tomando-se por base tão só municípios que ficaram em estado de calamidade pública e os em situação de emergência se estaria promovendo um consubstancial prejuízo à municipalidade, tendo em vista a crítica e desesperadora situação financeira dos nossos municípios que, no caso paranaense, é acrescido em muitos pelos prejuízos com a malha viária.

Assim sendo, senhor presidente, senhores deputados, não é justo a redução do ITR fora do âmbito dos municípios que foram classificados em estado de calamidade pública, isto porque se for feito de uma forma genérica, essa arrecadação que é cobrada do produtor rural, que dele é cobrada uma pequena parcela que, no final, somado, para o município representa uma grande arrecadação, se for feito o abatimento de 90 por cento como pretende o Ministério da Agricultura, estarão perdendo esses municípios, uma grande fonte de arrecadação para os mesmos, e dessa forma, ao invés de estarmos ajudando nosso agricultor isentando-o em 90 por cento desse imposto, que é uma pequena parcela de contribuição, que o produtor dá, estaremos aí sim prejudicando o produtor porque não recebendo o município essa contribuição, essa parcela do ITR, estará o município, nesta hora impossibilitado de prestar um melhor serviço aos seus munícipes.

Dessa maneira, entendemos necessário que para o ano de 1984, os municípios que foram declarados, simplesmente, em estado de emergência tenham as alíquotas do ITR normais, que não seja feito o abatimento de 90 por cento e possam, dessa forma, aqueles municípios receberem integralmente esse produto para que possam também, esses municípios, prestar um serviço melhor e de maior qualidade aos seus munícipes.

Era o que tínhamos, senhor presidente. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra, com satisfação, a presença do doutor Telcino Tavares da Silva, prefeito municipal de Quatiguá.

Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, senhor deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Os grandes sentimentos e mobilizações sociais, via de regra,

eclodem em função dos também grande e intensos sofrimentos da sociedade.

As Nações Unidas receberam da anestesia internacional, um abaixo-assinado firmado por mais de um milhão de pessoas pedido a libertação dos presos de consciência em todo o mundo.

Este mesmo fenômeno já se manifestou no Brasil e ano após ano, fato após fato, vai tomando proporções que se agigantam na medida em que seu fato gerador se mantém presente e ameaçador.

No Paraná, dentre outras manifestações coletivas e particulares, no último dia dois do corrente, houve uma manifestação pública nesta Casa, onde nasceu a idéia do projeto liberdade.

O projeto foi lançado em pronunciamento do deputado Sérgio Spada na sessão do dia 13 último.

Seu objetivo é sobretudo aderir às correntes nacionais que lutam pela erradicação completa e definitiva da aberração do Crime de Opinião, que agora se reveste de nova forma na Lei da Segurança Nacional.

Mas, será inexpressiva nossa luta enquanto permitirmos continue vítima dessa arbitrariedade um paranaense que já se tornou um símbolo da nossa humilhação- Juvêncio Mazzarollo.

Juvêncio está preso há mais de um ano, teve sua pena aumentada para mais três, vendo-se condenado por fato idêntico e contemporâneo em duas diferentes ações. É protagonista, no banco dos réus, de um autêntico tribunal de execução, ao qual a platéia, que somos todos nós, assiste pasma e temerosa.

A nova Lei de Segurança Nacional como remédio de manutenção, traz em seu corpo dispositivos que podem propiciar a revisão do seu apenamento, por princípio jurídico aplica-se a lei nova sempre que mais beneficia ao réu.

Juvênio será novamente julgado, agora em recurso ordinário perante o Supremo Tribunal Federal. Confiantes na equidade e elevado saber jurídico daqueles ministros julgadores, fomos signatários de inúmeros telex a eles enviados, clamando por justiça e sensibilidade humana no próximo julgamento.

Deste julgamento deveremos participar todos nós, em qualquer âmbito e representação social; senão pela justiça em si própria, mas porque também estamos potencialmente sujeitos as mesmas arbitrariedade sofridas por Juvêncio”.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao orado inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Ervin Bonkoski. (Ausente).

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Rubens Bueno, inscrito no Grande Expediente.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

“Permitam-me no dia de hoje, à guisa de prestação de contas, não só a esta Assembléia, mas principalmente ao povo que a compõe pela confiança de seu voto legítimo e direto.... permitam-me fazer algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investiga irregularidades ocorridas na administração pública do Paraná. Reportame-ei aos trabalhos realizados durante o período compreendido entre 09 de agosto e 30 de novembro do corrente ano. Antes, contudo, é interessante ressaltar-se e rememorar o clima de desconfiança que antecedeu a criação e instalação por esta Assembléia dessa Comissão cujos trabalhos por generosa concessão de meus pares, a mim coube dirigir.

A impunidade violentadora de consciências, tanto individuais como coletiva, rondando sempre os grandes casos de corrupção ocorridos no território nacional, serviu não só como ave de rapina a sobrevoar e deglutir matérias em estado

de putrefação, pois inegavelmente, além dessa sua prestação costumeira de serviço, estimulou como tem sempre estimulado por toda a parte, a idéia de importância que foi sendo plantada em nosso Estado e aqui mesmo, em chão paranaense teve bons cultivadores - até mesmo da parte de políticos cuja notória afinidade com os desmandos e os descabros mais ainda provocou-lhes pruridos saudosos dos tempos que namoraram, noivaram e secasaram com a falta de probidade e por isso mesmo, apressaram-se, talvez até mesmo procurando proteger-se e também proteger a filiação espúria de tais núpcias... apressaram-se a deitar falação sobre a inocuidade que adivinhavam para a Comissão Parlamentar investigatória que se formava. “Não vai dar em nada”... “Vai cair no vazio”... e outras balelas foram os chavões usados para vacinar a CPI, logo no seu período pré-natal, para evitar que ela, ao nascer, pudesse contrair os vírus, para eles maléficos, da honestidade e das boas intenções. Afinal, melhor que também a CPI do Paraná seguisse os mesmos rumos e as mesmas lições de todas as sindicâncias e inquéritos administrativos instaurados para apurar a robalheira descarada e disseminada por todos os escalões desta triste e desacreditada República. “Se os grandes fazem e nada lhes acontece, como poderia acontecer para os maus administradores e para os desonestos de uma simples unidade da federação?” Essas as idéias espalhadas pelas ruas que tanto contribuíram para a total falta de confiança do povo em seus representantes.

A descrença disseminada pela falta de punição dos corruptos envolvidos em negociatas como as da Coroa-Brastel, Capemi, Vale do Rio Doce e outros empreendimentos industrializadores da imoralidade e captadores de recursos públicos para a satisfação indecente e inescrupulosa de interesses particulares e mais o trabalho de descrédito patrocinado por políticos temerosos de serem eles próprios atingidos pela malha fina da CPI—contribuíram para a formação também distorcida da opinião pública, já confusa diante de tanta instabilidade da vida econômica, social e política de um Brasil rico em contradições.

Houve a tentativa de colocarem-se obstáculos e embaraços formais à criação da CPI, só removidos quando o partido Democrático Social, PDS entendeu, diante da regra prevista pelo art.16, inciso VI, da Constituição Estadual, que nem a quebra de um acordo de cavalheiros acompanhada da apresentação de requerimentos apressados para a criação de CPIs que visavam apenas atingir o limite de cinco previstos também por norma constitucional estadual e nem outro qualquer expediente, impediriam a maioria escolhida pelo povo paranaense de cumprir a promessa feita durante a campanha eleitoral de extirpar da administração pública paranaense, os corruptos e os incompetentes que se fortalecem à sua sombra. Assim que o PMDB solicitou se submetesse à votação desta Assembléia o requerimento de criação da CPI, independentemente da existência das demais cujos trabalhos se desenvolviam nesta Casa de Leis, foi visto pelo PDS que continuar contra a idéia apenas lhe traria os ônus dessa sua posição perante a opinião pública. Votou então a bancada pedessista a favor daquilo que não queria, mas teve que engolir amargamente fingindo que gostava. Que remédio... Restava aguardar melhor oportunidade para se retirar da empreitada que sentia já de começo (tão só pelo que continha o requerimento inicial da CPI)... que sentia queimar-lhes os pés arranhando-lhes os calcanhares.... Calcanhares de Aquiles que se revelaram doídos e atingidos diretamente já com os resultados do primeiro órgão investigado.

Apesar dos pesares, dos maus augúrios, das esperanças acalentadas pelos envolvidos nos atos que seriam objetos das investigações... apesar de tudo, a CPI trilhou desembaraçadamente o seu caminho e logrou, de pronto, mostrar que teria seus objetivos atingidos. A meta vai sendo, passo a passo, conquistada. E hoje quero mostrar dessa tribuna ao povo do Paraná que a impotência apregoada para a CPI voltou como um bumerangue e atingiu o próprio PDS que, diante de sua condição de fraqueza para conter os trabalhos, acabou se retirando deles, desenhado, cabisbaixo,

apenas procurando aparentar uma indignação que, na verdade, é a do povo prejudicado por tantas bandalheiras trazidas à tona, visíveis agora, mal cheirosas... sempre com a impunidade procurando rondá-las para alimentar-se de seus dejetos. Porém, aqui no Paraná, vê-se como viu o PDS atarantado - que essa impunidade tende a cair de tonteira.

Eis os resultados profícuos, ainda que parciais, que já vão mostrando porque o PDS teria que bater em retirada:

No período compreendido entre 9 de agosto a 30 de novembro de 1983, a CPI que investiga irregularidades na administração pública no Paraná, desenvolveu com êxito o seu trabalho, tendo sido depois de procedimentos investigatórios parciais - apresentados quatro documentos conclusivos sobre os seguintes órgãos investigados:

Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR apresentado pelo excelentíssimo senhor deputado Adhail Sprenger Passos, cujo relatório parcial específico, foi subdividido em cinco itens, ou seja, uma breve introdução, histórico de investigação, irregularidades constatadas, providências a serem tomadas, sugestões para inclusão do Projeto de Resolução Legislativa.

Neste relato, houve irregularidades apontadas no item 3, referentes a notas de fornecimento simulado, recebimento de mercadorias falsificadas, desvio de materiais para beneficiar pessoas ou instituições que não os poderiam receber, desvio de móveis e utensílios do patrimônio público para utilização por particulares desvio de materiais escolares, destinados a comitê do partido político - Partido Democrático Social. Recebimento de milhares de cadernos em desacordo com especificação do partido com falso atestado de entrega de móveis do patrimônio da Fundepar, sem nota, mediante simples bilhete.

As providências indicadas pela CPI, nesse caso, disseram respeito ao encaminhamento dos autos do Inquérito Parlamentar à Procuradoria Geral da Justiça, em razão de estarem presentes nas irregularidades constatadas as características primordiais dos crimes de peculato (artigo 312 do Código Penal); Corrupção Eleitoral (Artigo 299 do Código Eleitoral); Falsidade de Documentos Públicos (Artigo 298 e 299 do Código Penal ou Artigos 348 e 350 do Código Eleitoral); Falsa Identidade (Artigo 307 do Código Penal); Declaração sobre Características de Mercadorias ou Bens entregues à Fundação Instituída pelo Poder Público (Art. 4º, letra "c", da Lei 3502, de 21.12.1958 - Lei do Enriquecimento Ilícito); e Condescendência Criminosa (Artigo 320 do Código Penal).

Mais ainda decidiu a CPI pelo encaminhamento de cópia do relatório à Secretaria de Estado da Segurança Pública para a BUSCA E APREENSÃO de bens pertencentes ao patrimônio da Fundepar e investigação complementar sobre as doações de cadernos, lápis, borrachas, bolas de futebol, jogos de camisa, etc para a compra de votos na campanha eleitoral de 82.

Também deliberou a CPI pelo encaminhamento de cópia do relatório à própria Fundepar- Fundação Educacional do Paraná para promoção através de sua assessoria jurídica, de ação cautelar de SEQUESTRO de bens ou valores correspondentes ao enriquecimento ilícito de seus servidores dirigentes ou empregados, bem como ação para a PERDA DE BENS ou VALORES SEQUESTRADOS e INDENIZAÇÃO INTEGRAL DE PERDAS e DANOS suportadas pela Fundação referida; ainda para que promova a aplicação das devidas sanções previstas pela Legislação Trabalhista, inclusive rescisões contratuais calçadas em justa causa, nos casos previstos pelo artigo 482, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No seu item 5, apresentando sugestões para inclusão no PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA a ser

apreciado ao final orientou-se a CPI pela instituição obrigatória do sistema de controle interno previsto pelo art. 39 da Constituição Estadual nos estatutos das Fundações como também pela criação de normas tendentes a tornar efetivo pelo Tribunal de Contas do Paraná o Controle de Resultados do Orçamento-programa do governo do Estado.

Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - A IAPAR apresentado pelo senhor deputado Paulo Furiatti, cujo relatório parcial específico foi subdividido em 06 (seis) itens ou seja: I. Introdução, II, Histórico da Investigação; III. Irregularidades constatadas; IV Providências a serem tomadas; V. SUGESTÃO PARA INCLUSÃO NO PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA; e VI. CONCLUSÃO.

As irregularidades apontadas referiram-se, nesse relato (item III), a telefonemas particulares do diretor-presidente dessa entidade, pagos pelo Iapar, através do "caixa de despesas miúdas", apesar de haver ajuda de custo correspondente a 07 (sete) salários mínimos para cobrir tais despesas, além de aluguel, tarifas de água e luz; despesas de visitas que deveriam ser pagas pela gratificação de representação do diretor-presidente, foram a ele reembolsadas pelo Iapar; despesas com abastecimento de veículos próprio do diretor-presidente, quando havia verba específica para tal, denominada "ajuda de custo por utilização de veículo próprio"; compras de livros, brinquedos, mercadorias estrangeiras (bebidas), de caráter pessoal (do diretor-presidente), pagos pelo órgão; compras particulares de materiais escolares (livros), verduras, frutas, carnes, vinhos estrangeiros e outras mercadorias, pagas pelo Iapar. Também foram constatadas notas fiscais rasuradas; publicações irregulares; existência de um chamado "caixa de despesas miúdas" sem um controle razoável, com efetivação de pagamentos de despesas de vulto e com suprimentos também vultosos de caixa, inclusive por ter sido encontrada uma diferença de Cr\$ 11.667.000,00; desvio e utilização irregular de bens e funcionários do Iapar para a execução de serviços particulares.

As providências indicadas nesse relatório foram as seguintes: recomendação ao Iapar do aperfeiçoamento da movimentação de dinheiro na Tesouraria; envio de cópia dos autos a Procuradoria-Geral de Justiça para a verificação da possibilidade de configuração de crimes, face aos indícios veementes de ilícitos penais, como o Peculato, por exemplo; recomendação ao Iapar para a apuração de responsabilidade civil e administrativa de seus funcionários.

A sugestão para inclusão no Projeto de Resolução Legislativa de instituição obrigatória de controle interno previsto pelo art. 39 da Constituição Estadual, para os estatutos das fundações estaduais.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E DO BEM-ESTAR SOCIAL, cujo relatório parcial específico foi subdividido em 06 (seis) itens, ou seja, I. INTRODUÇÃO; II. HISTÓRICO; III. DAS DENÚNCIAS APRESENTADAS DURANTE A SESSÃO; IV. DAS IRREGULARIDADES CONSTATADAS; V. DAS MEDIDAS A SEREM TOMADAS; e VI. SUGESTÕES PARA INCLUSÃO NO PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA.

Nesse relato, houve irregularidades apontadas no seu item IV, referentes a CONTRATAÇÃO DESMEDIDA DE FUNCIONÁRIOS; TELEFONEMAS DAS SEDES DOS DISTRITOS SANITÁRIOS PARA O TERMINAL TELEFÔNICO Nº 223-4407 INSTALADO NO

COMITÊ ELEITORAL DO CANDIDATO E EX-SECRETÁRIO OSCAR ALVES; PAGAMENTO DAS LIGAÇÕES TELEFÔNICAS IRREGULARIDADES PELA FUNDAÇÃO DE SAÚDE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA; GASTO EXCESSIVO DE COMBUSTÍVEIS À ÉPOCA DA CAMPANHA ELEITORAL DE 82; USO INDEVIDO DE VEÍCULOS; PUBLICAÇÃO DE LIVRETO DE PROPAGANDA PAGO PELA SECRETARIA COM VERBA DE UM CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE; REPASSE DE RECURSOS DA FUNDAÇÃO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA À ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DESSA ENTIDADE PARA DESPESAS DE CAMPANHA ELEITORAL; USO INDEVIDO DE FUNCIONÁRIOS; QUEBRA DA NORMA ELEITORAL DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PELO EX-SECRETÁRIO.

As providências indicadas, nesse caso, referiram-se ao encaminhamento dos autos do Inquérito Parlamentar ao excelentíssimo senhor procurador geral da República para o exame do possível cometimento dos crimes de CORRUPÇÃO ELEITORAL ou USURPAÇÃO (art. 299 do Código Eleitoral) DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA (art. 328 do Código Penal), e até mesmo PECULATO.

Também concluiu a CPI da remessa de cópias do relatório à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha para a proposição das ações de ressarcimento dos danos causados pelo mau emprego de verbas públicas (pagamento indevido de publicações, telefonemas e funcionários utilizados por particulares, etc) ainda para a aplicação das sanções trabalhistas (inclusive dispensa com justa causa) e aplicação das normas do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná para as devidas punições disciplinares, inclusive instauração de inquéritos administrativos para a apuração de faltas graves.

Como sugestão ao Congresso Nacional, envio de cópia do relatório para a análise de possibilidade de inclusão no Código Eleitoral da tipificação do delito de USURPAÇÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA quando cometido por funcionário público desincompatibilizado.

Para inclusão no Projeto de Resolução Legislativa de sugestão acerca da adoção de uma política direta e indireta do Estado.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO — DETRAN.

As investigações no Detran resultaram em relatório parcial específico subdividido em 05 (cinco) itens, ou seja I BREVE INTRODUÇÃO; II. BREVE HISTÓRICO; III. DAS IRREGULARIDADES CONSTATADAS; IV. DAS MEDIDAS A SEREM TOMADAS; V. SUGESTÕES PARA INCLUSÃO NO PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA.

Nesse relato, as irregularidades apontadas, no item III, disseram respeito a EXPEDIÇÃO IRREGULAR DE CARTEIRAS DE HABILITAÇÃO E OUTRAS IRREGULARIDADES, entre as quais houve referência a falsificação de guias de recolhimento de Taxa Rodoviária Única (TRU); falsificação de guias de Recolhimento; expedição irregular de Certificados de Registro de Veículos; bilhetes de seguros falsificados; exames psicotécnicos e exames de vista falsificados; alterações de chassis de veículos; estabelecimento das chamadas "caixinhas" para os funcionários, etc.

As providências a serem tomadas, foram, nesse caso, as seguintes:

- a) encaminhamento de cópia dos autos à procuradoria geral da Justiça para a verificação da ocorrência de crimes;
- b) recomendação ao Detran para que encaminhe os resultados das sindicâncias aos órgãos do Ministério Público dos locais das infrações penais cometidas;
- c) recomendação ao Detran para a promoção de ações indenizatórias por enriquecimento ilícito dos funcionários faltosos, bem como para seqüestro de bens, quando necessário;
- d) recomendação ao Detran no sentido de se apurar a responsabilidade administrativa de funcionários, com a aplicação de sanções disciplinares estatutárias, inclusive rescisões contratuais por justa causa.

Como sugestões para o Projeto de Resolução Legislativa:

- a) apoio ao anteprojeto de lei que transforma o Detran em autarquia;
- b) aprovação do Projeto de Lei que tramita na Assembléia sobre a instituição obrigatória das "Moções Básicas de Legislação do Trânsito" nas escolas de primeiro e segundo graus.

ROTEIROS APRESENTADOS E APROVADOS

INVESTIGAÇÕES EM CURSO

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA — ITC

(roteirista: Dep. Sabino Campos)

DILIGÊNCIAS requisitadas por ofícios:

- 1) levantamento referente a distribuição de mudas com fins eleitorais na campanha eleitoral de 1982;
- 2) solicitação de encaminhamento à CPI de cópias do Inquérito Administrativo instaurado para a apuração de irregularidades;
- 3) levantamento de dados referentes à venda de um aparelho de aerofotogrametria.

No aguardo de deliberação sobre a convocação de cinco testemunhas (após a remessa dos autos de inquérito requisitados que ainda não foram encaminhados).

COMPANHIA AGROPECUÁRIA DE FOMENTO ECONÔMICO DO PARANÁ

CAFE DO PARANÁ

(roteirista: Dep. Fiori Luiz).

DILIGÊNCIAS requisitadas por ofícios à CAFE DO PARANÁ:

- a) cópia dos Autos das Sindicâncias instauradas para a verificação de aplicação de recursos obtidos por convênio realizado com a Secretaria de Estado da Agricultura;
- b) cópia dos Autos de Sindicância instaurado para a apuração de compra indevida de insumos veterinários e fertilizantes;
- c) cópia dos autos de Inquérito Policial instaurado em Rio Branco do Sul contra a funcionária Marli Aparecida Schwartz de Oliveira, sobre desvios de mercadorias.

Convocação e inquirição realizada de duas pessoas. Aguarda ainda exame da documentação encaminhada em complementação por designação de data por relatório ou novas requisições ou inquirições de testemunha.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO — IPE

(roteirista: Dep. José Antônio Fonseca)

REQUISIÇÃO por ofício ao IPE (já atendida em parte):

Remessa dos Autos de Processo Administrativo a Sindicâncias realizadas.

Está sendo aguardada a complementação de roteiro para a convocação das testemunhas.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTE OFICIAL — DETO

(roteirista: Dep. Fiori Luiz).

— Requerida e aprovada a colocação do quadro

demonstrativo sobre gastos de combustíveis na pasta de arquivo - para consultas, quando das investigações de todos os órgãos referidos no requerimento inicial.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
REQUISIÇÕES POR OFÍCIOS:
(roteirista: Dep. José Antônio Fonseca)

- 1) À SEJU de cópia dos autos de sindicância e inquéritos administrativos porventura instaurados;
- 2) ao Conselho Regional de Engenharia - CREA - de informações sobre eventuais registros de documentos referentes à construção da Penitenciária Regional-Norte, no distrito de Tamarana, em Londrina;
- 3) à Prefeitura Municipal de Londrina de cópias do alvará de construção da obra referida no item 2;
- 4) à RELEPAR e TELEBRAS sobre instalação de um rádio/telefone na Penitenciária Regional-Norte de Tamarana;
- 5) à COPEL sobre transformadores instalados em Tamarana (Penitenciária Regional-Norte). (algumas das requisições já foram atendidas)

Convocação e inquirição já realizada de 04 (quatro) pessoas.

Aguarda visita dos deputados componentes da CPI a Tamarana, para vistoria local da obra da Penitenciária Regional-Norte, e outras diligências requisitadas em meio ao procedimento investigatório.

DOCUMENTOS DISTRIBUÍDOS CUJOS ROTEIROS
SERÃO APRESENTADOS EM MARÇO/84

- SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES e
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
(distribuídos ao deputado Adhail Sprenger Passos)
- SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES
(Administração do Porto de Paranaguá e Antonina)
- PARANATUR
(distribuídos ao deputado Nestor Baptista).
- SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
(documentação a ser distribuída)
- SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE - SUREHMA
(distribuídos ao deputado Sabino Campos)
- FUNDAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO PARANÁ PROMOPAR
em razão de requerimento feito pelo líder da bancada do PMDB, deputado Nilso Sguarezi, foi requisitada a esse órgão informação sobre a existência de um "pool" de corretores de seguro como responsável por irregularidades cometidas nesse órgão (of. 086/83 - CPI/CA).

Durante o curso das investigações foram inqueridas 27 testemunhas, dentre as quais 02 (dois) secretários de Estado (da Justiça e Segurança Pública), o presidente do Diretório Regional do PMDB; um deputado federal; um juiz de Direito; e pessoas ligadas à direção dos órgãos investigados.

A requerimento do deputado Paulo Furiatti foram requisitadas pelo ofício n.º 098/83-CPI/CA do Tribunal de Contas do Estado do Paraná informações e documentação sobre Processos de Seleção Interna para a colocação de parentes dos conselheiros, auditores, procuradores e presidente daquela Corte de Contas o que não foi até aqui atendido.

Tendo em vista a aprovação de requerimento hoje formulado pelo deputado Paulo Furiatti junto à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades na administração pública do Paraná, solicitando requisição a essa Corte de Contas de nosso Estado de informações sobre a realização dos Processos Seletivos Internos a que se referem as Portarias dessa presidência de n.ºs 541, 542 e 543/83, publicadas no Diário da Justiça de 23.11.83, REQUISITO a vossa excelência, na forma prevista pelo parágrafo único do art. 19 da Constituição Estadual o encaminhamento a esta CPI dos seguintes documentos:

1. Cópia autenticada do expediente protocolado sob n.º 21.210/83-TC.
2. Cópia autenticada de Resolução n.º 11.590/83, de 17.11.83, do Plenário desse Tribunal;
3. cópias autenticadas das fichas funcionais dos funcionários que participaram dos processos Seletivos Internos (protocolo n.º 21210/83);
4. cópia autenticada das inscrições havidas nesses Processos Seletivos Internos (protocolo n.º 21.210/83) e dos autos que os aprovaram;
5. cópias autenticadas de todos os atos administrativos baixados nos Processos Seletivos Internos (Protocolo n.º 21.210/83); incluindo-se editais, avisos, instruções, listagem de pontos sobre as matérias a serem encaminhadas, composição e formalização da banca examinadora, condições de inscrição, vagas a serem preenchidas etc;
6. cópias das provas de seleção realizadas e dos títulos apresentados pelos inscritos;
7. informação sobre os critérios de aferição das provas e dos títulos utilizados para a definição classificatória dos inscritos;
8. informação sobre o grau de parentesco dos inscritos com diretores, procuradores, auditores, conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná;
9. informação sobre a classificação e remuneração (vencimento básico e vantagens) dos cargos do Quadro Próprio do Tribunal de Contas que foram preenchidos pelas portarias de início citadas;
10. informação sobre horário de trabalho e critério de comprovação de frequência para o exercício das funções especificadas nas portarias de início enumeradas.

Aproveito o ensejo para aqui consignar a vossa excelência e nobres pares os meus protestos de alta estima e distinguido apreço.

Deputado RUBENS BUENO
Excelentíssimo Senhor
Doutor CÂNDIDO MANOEL MARTINS DE OLIVEIRA
DD Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
NESTA CAPITAL.

Não pode o Tribunal de Contas do Paraná deixar de explicar a esta Assembléia e à opinião pública paranaense - mormente neste período difícil da vida nacional, em que um emprego é disputado com unhas e dentes por todos aqueles que, desempregados, não têm sequer o mínimo de condições para sua sobrevivência e da sua família... não pode a Corte de Contas paranaense deixar de explicar, em seus mínimos atos procedimentais, como pôde preencher os cargos de boa remuneração referidos nas portarias de nomeação já apontadas, por

peças ligadas por laço de consangüinidade com seus auditores, procuradores, conselheiros, e até mesmo com o seu próprio presidente.

Coincidência? ... mera artimanha do destino? ... ou será que não há no Paraná funcionários públicos com condições de concorrer com a incrível capacitação dos bem nutridos e inigualáveis talentos da parentela beneficiada? Ou talvez tenha faltado títulos nobiliárquicos aos demais servidores paranaenses que não tiveram a felicidade de adquirir dotes intransferíveis e inalienáveis que só o "jus sanguinis" pode conceder.

Mas isso tudo poderá ser explicado ... ou melhor, deverá de uma forma ou de outra (espontaneamente ou coercitivamente) deverá ser explicado pela presidência do Tribunal de Contas do Paraná que, nesta hora, passa de fiscalizador a fiscalizado. E não será por tal inversão — completamente normal em um regime de governo democrático — que poderão se arrepiar ou parecerem ultrajados do ordenamento jurídico, pois tal posicionamento não é privilégio ou apanágio de qualquer órgão ou de qualquer Poder — ... todos devem assim agir, sem nenhuma exceção.

A apuração das irregularidades administrativas no Paraná irá às suas últimas consequências, pois antes de mais nada é preciso que se reaprenda neste Estado que o cumprimento da lei é algo tão natural e deve ser tão corriqueiro que não mereça aplausos ou evoés, mas apenas conduza à felicidade do povo, que esse deve ser o objetivo primeiro dos governantes.

Os trabalhos da CPI prosseguirão a seu devido tempo, quer queiram ou não os envolvidos nas falcaturas e negociatas ocorridas no Paraná. Nem se safarão os que praticaram crimes contra a administração pública paranaense, como aqueles que planejam praticá-los ainda hoje.

Não é ato de ódio, mas de amor, pretender recolocar-se a condução da coisa pública no caminho legal e com isso impedir a evasão de recursos públicos para o benefício de uns poucos aparentados ou apaniguados, quando toda a população é que tem necessidades inadiáveis a serem atendidas. Só assim um governo poderá cumprir as suas metas e distribuir melhor a felicidade.

Agradeço aos senhores deputados SABINO CAMPOS, FIORI LUIZ, PAULO FURIATTI, NESTOR BAPTISTA, JOSÉ FONSECA, MÁRCIO ALMEIDA, ADHAIL SPRENGER PASSOS, ORLANDO PESSUTI e ao líder NILSO SGUAREZI — todos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), componentes da CPI, que com sua efetiva participação tornaram possível o trabalho até aqui realizado.

O bem-estar do povo do Paraná é a meta que esses idealistas lutadores pretendem atingir. Muito obrigado".

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento)

Eu agradeço, nobre deputado Rubens Bueno, a concessão do aparte, e eu o solicitei, em primeiro lugar para dizer a vossa excelência e a toda a Casa, que entendo que o trabalho que estamos realizando na CPI, que apura possíveis irregularidades na administração pública estadual, é um instrumento de afirmação do Poder Legislativo.

Porque nós estamos nesta Comissão imbuídos de um espírito de apuração das irregularidades, com toda a tranqüilidade, sem nenhum preconceito, de

qualquer natureza, estamos com total frieza apurando aquilo que chega ao conhecimento da CPI, venha de onde vier, e isto está dando à opinião pública paranaense em geral, uma valorização do Poder Legislativo neste Estado.

E tanto isto é verdade, que a cada momento e a cada passo, nós estamos a receber novas denúncias. Inclusive denúncias que transcendem à própria administração pública. Denúncias, uma das quais, eu terei oportunidade de relatar à CPI tão logo reiniciemos os nossos trabalhos.

Isto é uma prova insofismável de que o Poder Legislativo paranaense, o novo poder está conquistando aquilo que tem direito na valorização que a sociedade faz dos poderes do Estado.

Por outro lado, eu queria realçar a vossa excelência, principalmente, tendo em vista críticas de que a CPI não vai conduzir a nada.

Eu quero aqui afirmar, para que conste dos Anais desta Casa, que ao lado da crise econômica, política, educacional que existe, que exige hoje em alto grau na sociedade brasileira paranaense e, acima de tudo, há acima de tudo pelos germes destas crises parciais, uma crise moral que nós homens públicos temos a grande responsabilidade de colocar o dedo na ferida e provocar uma minimização ou uma eliminação dos focos que conduzem a mais grave crise que vive a sociedade brasileira que é a crise moral.

E concluo o aparte dizendo a vossa excelência que eu vejo em vossa excelência e nos meus outros companheiros da CPI, que estão lá firme trabalhando em prol do Paraná, que sinto em todos eles, sem exceção, um desejo ardente de cumprirem o seu dever e lá permanecerem para encaminhar solução para todas as denúncias que cheguem a esta Casa.

Parabenizo vossa excelência pelo relato que faz da tribuna sobre os trabalhos da CPI.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço vossa excelência pelo aparte, deputado Adhail, que com grande interesse vem participando ativamente dos trabalhos desta CPI.

O Sr. José Fonseca — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Rubens Bueno, gostaria de aproveitar dessa oportunidade para fazer minhas as palavras do deputado Adhail e dizer a vossa excelência, acrescentando ainda mais, que eu me lembro e ainda era moço, que não tive ainda oportunidade de votar em presidente da República, porque em 64 fizeram uma revolução neste País para dar cabo à corrupção.

E de lá para cá, nestes 20 anos, eu tenho observado que nunca se roubou tanto neste País.

Vossa excelência bem sabe e toda sociedade organizada deste País sabe como se rouba neste País. É o que nós estamos assistindo. Que todos aqueles que roubam a coisa pública neste País, não vão para a cadeia pública. Vão para a cadeia os oprimidos, pobres, jornalistas, vossa excelência bem sabe.

E os trabalhos desta CPI, muito embora o PDS tenha atribuído a pecha de vendetas e de revanchismos ao PMDB, e aos membros de parte desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica o orador que está na tribuna que seu

tempo está esgotado.

Comunica a vossa excelência que passa a falar no Horário da Liderança.

O Sr. José Fonseca — ... eu dizia que o PDS nesta Casa atribuiu a pecha ao PMDB e aos membros da CPI que apura irregularidades do governo anterior e até deste, de que nós estávamos movidos pelo espírito da vendeta e do revanchismo.

Mas, se nós analisarmos a finalidade que tem qualquer CPI, nós temos observado que a CPI não é um tribunal.

Que muito embora tenham vindo figuras notáveis para depor na CPI, isso não significa que sejam réus.

E é necessário que se explicita, se divulgue, e se diga à população que esta CPI não está e não tem por finalidade colocar essas pessoas nos bancos dos réus e apenas apurar os fatos e encaminhar à justiça.

E é nesse sentido que, como parlamentar, como membro desta CPI, observado que temos todo este trabalho durante este ano e lamentando mais uma vez a ausência da bancada do PDS nesta CPI que dignificaria este Parlamento e quem não deve, não teme, meu caro deputado.

Mas, nós temos observado e ainda acreditamos na justiça deste Estado, que o Judiciário de posse dos relatórios já entregues, faça a verdadeira justiça que o povo do Paraná espera, esperou tantos anos quando elegeu um governo democrático em 82.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti — Nobre deputado Rubens Bueno:

Vossa excelência vem a esta Casa, como presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura as irregularidades administrativas, prestar contas, como presidente dessa Comissão em nome dos seus membros. Vem a esta Casa prestar contas de um trabalho realizado durante este ano de 1983.

Não há dúvida que esta Comissão levantou, apurou e encaminhou as denúncias chegadas a ela com a maior idoneidade que se poderia esperar. E quanto ao aspecto que vossa excelência levantou do Tribunal de Contas, aqueles que têm, por lei, o poder de colher informações das diversas repartições, órgãos, secretarias públicas e que assim o fazem no cumprimento do dever, da análise da correição dos atos administrativos, estão a desconhecer a lei, e estão a não informar este Poder das informações solicitadas.

O presidente do Tribunal de Contas, Cândido Martins de Oliveira, se pelo menos não tem na lei um prazo estabelecido, tem a obrigação moral de enviar a esta CPI as informações solicitadas.

Infelizmente, nós poderemos até ter que convocar, extraordinariamente, a CPI para, dentro da lei, solicitar essas informações. E isso será, na verdade, a própria desmoralização do homem público à frente do Tribunal de Contas.

Diante disso, eu faço, novamente, um apelo neste aparte que vossa excelência me concede, que o presidente do Tribunal de Contas, senhor Cândido Martins de Oliveira, cumpra a obrigação moral de informar à Comissão Parlamentar de Inquérito

assim como todos os homens públicos até agora solicitados pela Comissão assim prestaram as informações.

E aproveito ainda, nobre deputado Rubens Bueno, para parabenizar vossa excelência, pela forma democrática como vem conduzindo os trabalhos desta missão importante que me foi dada aos deputados desta Casa, quando participantes da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. RUBENS BUENO — Vossa excelência tem razão, deputado Paulo Furiatti.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — No horário da liderança do PMDB, concedo a palavra ao sr. deputado Orlando Pessuti, por 15 minutos.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. presidente, srs. deputados.

“Devolver ao meio rural na forma de benefícios, os acréscimos da arrecadação do ICM, torna-se um dever do Governo Estadual”.

Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

“A agropecuária paranaense, responsável por um valor bruto de produção de 1,6 trilhões de cruzeiros e uma arrecadação de ICM de 100 bilhões de cruzeiros, em 1.983, encerra o ano com um quadro nada alentador, haja visto, as mudanças que vêm sendo maculadas tanto no que diz respeito ao subsídio ao crédito rural, assim como aos novos encargos tributários previstos para 1.984 - que significarão menores preços aos produtos rurais e maior desembolso do consumidor urbano.

Neste ano de 1.983, apesar dos preços dos principais produtos agrícolas, terem reagido significativamente - em função de problemas climáticos no Brasil e outras regiões produtoras, o produtor não se apropriou destes benefícios uma vez que quando estes vieram, ele já tinha vendido a maior parte de sua safra. A classe de suinocultores e avicultores, passou e passa por sérias dificuldades para adquirir milho e farelo de soja nas mãos dos comerciantes, das indústrias e atacadistas, uma vez que os preços encontram-se totalmente aviltados.

Ainda em 1.983, os agricultores tiveram que enfrentar uma série de medidas restritivas em relação ao crédito rural, como a elevação brutal da taxa de juros de um patamar de 60 por cento ao ano, para algo em torno de 130 por cento. Perderam, com isso, o seu principal instrumento de apoio à produção agropecuária e o resultado já está aí, configurado na mais importante retração na demanda de crédito por parte do produtor rural, registrado em toda história brasileira, que no Paraná, em 1.983, atinge em termos de valores reais, algo em torno de 40 por cento, isto falando em custeio - pois os financiamentos de investimentos pagando 150 por cento de juros ao ano ou mais, tiveram uma queda na demanda ainda mais significativa.

No Paraná, de acordo com os dados do Censo de 1.980, existem 450 milhões de produtores rurais, que representam cerca de 3 milhões de pessoas que vivem na zona rural, as quais assistem apreensivas as mudanças a serem introduzidas na agropecuária em 1.984.

Na próxima terça-feira, dia 20 de dezembro, o Conselho Monetário Nacional, estará reunindo-se para examinar o fim do subsídio ao crédito rural, ou seja, regulá-lo à taxa baseada na correção monetária plana, mais, juros de 3 por cento (o que significa, além do fim do subsídio, mais o pagamento de juros reais).

A retirada do subsídio ao crédito rural, significa

maior custo de produção aos agricultores, menor rentabilidade ao setor e maior dispêndio ao consumidor. Caso este ato se concretize, será injusto, inoportuno e antisocial. A outra medida prevista para 1.984, é a penalização do setor com mais tributação, representado pelas alterações programadas no Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM -, mudando-se a atual alíquota de 16 para 15 por cento nas operações internas, além da taxa de insumos utilizados na alimentação animal (milho, farelo, farinha de carne, etc.) do leite tipo B e A, da carne, batata, banana e cebola no varejo, além da redução do crédito presumido para a suinocultura de 60 para 50 por cento.

Cada uma destas medidas terá reflexos negativos ao meio rural, que mais uma vez sairá perdendo.

O Estado do Paraná, deverá arrecadar em torno de 730 bilhões de cruzeiros de ICM, em 1.984, dos quais 30 por cento são oriundos da agropecuária ou seja, cerca de 220 bilhões de cruzeiros. O aumento da alíquota do ICM, deverá onerar o setor agropecuario, com cerca de 20 bilhões de cruzeiros. A taxa de insumos utilizados na alimentação animal, tal como o milho, farelo de soja, trigo, arroz, farinha de carne, etc., é altamente injusta para a pecuária paranaense, que nesse momento passa por sérios problemas de subsistência. Para exemplificar: a preços de outubro de 1.983, o custo de produção de um quilo de suíno vivo era de 950 cruzeiros, para o qual o produtor recebe - na venda - nos dias atuais, somente 660 cruzeiros o quilo de suíno vivo. Situação idêntica passa a avicultura, com custo de produção de 620 cruzeiros o quilo do frango vivo, para o qual o produtor recebe, hoje, em torno de 520 cruzeiros o quilo. Também o leite, com custo calculado em 180 cruzeiros o litro, a preços de novembro de 1.983, tem preço fixado em 140 cruzeiros o litro, até 16 de dezembro de 1.983, amanhã, quando deverá passar ao produtor para Cr\$ 173,00, ainda não cobrindo nem sequer o custo de produção.

A cobrança de ICM nos insumos usados na alimentação animal implantada gradativamente iniciando com 25 por cento em 84, até 100 por cento em 1.987, vai retirar do setor produtivo da Pecuária Paranaense, em 1.984, cerca de 14 bilhões de cruzeiros, dobrando de valor em cada um dos três anos seguintes: Para se chegar nesse valor, partiu-se do princípio de que das 2.800.000 toneladas de milho, consumidas pela pecuária do Paraná, 50 por cento são oriundas da produção não própria do produtor o que é um dado por sinal até bastante conservador, pois na realidade o produtor de suínos e frangos, adquire no mercado mais de 50 por cento do seu gasto de milho, e que o produtor adquira 85 por cento de suas necessidades em alimentos proteicos, tal como o farelo de soja, algodão.

A redução do crédito presumido para suinocultura, taxa de leite tipo B e A, cobrança afetiva do ICM, no exercício de 1.984, do frango, da carne e alguns produtos hortigranjeiros no varejo, irá gerar mais uma série de bilhões de cruzeiros aos cofres do Estado, em detrimento desses importantes setores da agropecuária.

Por isso repetimos, mais uma vez, devolver ao meio rural na forma de benefícios os créditos de arrecadação do ICM, torna-se um dever do Governo estadual.

Em função do panorama desfavorável a vários sub-setores de nossa agricultura e pecuária, faz-se necessário frisar, nesta oportunidade, não ser a melhor época para se taxar os insumos utilizados na alimentação pecuária, de se taxar a carne e alguns hortigranjeiros no varejo, medidas ao nosso ver, muito severas ao setor, que já se encontra um tanto estrangulado pelas razões que já enumeramos anteriormente.

é preciso também reprisar, mais uma vez, que caso a maioria das medidas de aumento de tributação na agropecuária seja efetivamente implantada, irá representar um aumento de arrecadação ao Estado, da ordem de aproximadamente de 40 bilhões de cruzeiros no ano de 1.984, que serão retirados, em última análise, do setor rural.

Nestas condições, é justo também que se alerte ao Governo do Estado e isso já fizemos por diversas vezes em nossas reuniões, para que seja dado o correspondente retorno à agropecuária destas parcelas retiradas do meio rural.

Este retorno ao setor rural poderia ser feito numa assistência mais afetiva nos seguintes pontos:

- a) - Formação de um estoque regulador de milho, para os produtores de suínos e aves do Paraná, ao equivalente ao mínimo de três meses de consumo, o qual seria repassado a preços de custo aos produtores, utilizando-se para isso a atual estrutura governamental existente;
- b) - Investimentos de melhoria efetiva, nas estradas vicinais, para dotá-las no mínimo com condições de trafegabilidade, nas épocas de chuvas;
- c) - Investimento em telefonia rural, praticamente, inexistente nos dias atuais;
- d) - Maior apoio, ainda, à eletrificação rural;
- e) - Distribuição de sementes e reprodutores, de alto padrão genético aos agricultores e pecuaristas, como forma de aumento à produção e produtividade no meio rural.
- f) - Construção e manutenção dos mini-postos de saúde hoje pouco existentes em nossas comunidades rurais e um desenvolvimento também mais abrangente e muito mais efetivo do sistema educacional a nível de comunidade rural.
- g) - Do outro lado, do lado do consumidor, que é outro segmento prejudicado que pagará pelo aumento dos preços de alimentos, é preciso também se investir para a melhoria da atual estrutura de comercialização, como forma de compensar os aumentos nos preços de alimentos (em função de maiores impostos), visando-se reduzir as margens de comercialização e colocar os alimentos a preços mais acessíveis à população, que atualmente convive com a maior recessão econômica de todos os tempos, com queda vertical no seu poder aquisitivo, arrocho salarial e por aí afora.

E preciso a criação de Cooperativas de Consumo, incentivo a todo tipo de produção para o autoconsumo e criar programas de alimentação básica às camadas de populações mais pobres.

Procuramos deixar claro, no decorrer desta exposição, que não somente o produtor rural irá pagar maior ônus (sem subsídio no crédito rural e com pagamento de mais ICM), mas também todos os demais segmentos da população serão atingidos, por uma maior carestia, o que sem dúvida é um motivo muito forte, para uma maior união que todos os segmentos se organizem, para evitar que medidas prejudiciais ou inoportunas venham a ser implantadas.

Senhor presidente, srs. deputados, necessário se faz de fato, que esse acréscimo de arrecadação que irá ocorrer no Paraná em função da aprovação da nova alíquota do ICM, seja destinado em favor do nosso povo mais sofrido, do nosso povo menos assistido, o povo do meio rural e aqueles que vivem nas cidades, hoje, que estão, de uma certa forma, também todos desamparados.

Vamos, então, utilizar esse adicional de receita em alguma coisa que seja de fato e verdadeiramente de Por isso mesmo, sr. presidente, srs. deputados,

Era só, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulta à Liderança do Partido Democrático Social se fará o uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra, o senhor deputado Luiz Alberto Oliveira. Antes, porém, esta presidência quer registrar as presenças, em plenário, do senhor deputado federal Antônio Mazureki, e doutor Túlio Vargas, ex-Secretário de Estado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor presidente, senhores deputados.

O Paraná está vivendo sob a ação de Governo de “travestidos”. O povo paranaense presencia hoje, a constatação irrefutável de que o grito de palanque dos partidários do PMDB, e o programa administrativo que apresentaram para governar o nosso Estado, era um autêntico “conto do vigário”.

José Richa no governo, o regime do PMDB no Poder, constitui a maior decepção já sofrida pelo povo paranaense em toda a sua história, pois que estes “mercadores do basta” e os dias atuais, estão a comprovar que assim são. Transformaram-se nos maiores mentirosos de nossa vida político-administrativa. José Richa foi enfático em seu discurso de posse, ao afirmar que um dos maiores dramas brasileiros era a dívida externa, e ainda ecoou nesta Assembléia as palavras dos seus partidários contra o endividamento externo do Paraná e do Brasil.

Mentiroso de ontem e de hoje, os integrantes do “bloco da mudança” estão desfilar na direção do muito pior do que se esperava deles. No “pacotão”, a la Delfim Netto, que encaminhou a esta Casa, o regime do PMDB embutiu autorização para um empréstimo externo, no valor de oitenta milhões de dólares para cobrir déficit no orçamento para o ano vindouro, provavelmente porque as despesas de mordomia que subiram nos gabinetes dos Secretários do Interior, dos Transportes, da Justiça e da Segurança Pública, entre trezentos e novecentos por cento do orçamento de 83 para 84, só poderia dar, apesar do aumento expressivo de duzentos e cinco por cento de aumento na arrecadação estadual, comparativamente ao ano passado, só poderia resultar no déficit orçamentário de cento e oito milhões de cruzeiros, que o povo vai pagar do seu bolso sofrido, para alimentar a vaidade dos Secretários e para saciar a fome dos poderosos de hoje.

O Sr. Caíto Quintana — Permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Na sequência.

Esta operação deixou de ser necessária, face aos recursos que estão sendo destinados ao Estado, como decorrência da chamada emenda Passos Porto e do aumento da alíquota do ICM, de 16 para dezessete por cento.

Apesar disto e de não ter discriminado a este Poder Legislativo a aplicação destes oitenta milhões de dólares, a maioria governista vai aprovar este empréstimo e ajudar a aumentar a dívida do Paraná e do Brasil, em mais oitenta milhões de dólares, que se tornaram perfeitamente desnecessários face aos novos recursos drenados à administração estadual, em razão da mudança da legislação federal.

Aliás, por falar em dívida, o governo José Richa, o regime do PMDB no Paraná, está se transformando no endividador de nosso Estado e responsável por boa parcela do endividamento brasileiro; porque hoje dá a sua contribuição para que a dívida deixe de ser externa para ser uma dívida interna, ao aumentá-la em 184 milhões de dólares, fora juros, taxas e outros serviços extras.

A data, desta maneira, tornou-se significativa para que os debates nesta Assembléia, porque entalado pelos

dólares que estão sendo tomados por Richa, o PMDB já não pode considerá-los malditos, e muito menos, terá autoridade moral para falar sobre endividamento externo.

Mas, sr. presidente, srs. deputados, o que mais ressalta no “pacotão” inspirado dentro da melhor técnica do terrorismo de Erasmo Garanhão, são as incongruências do regime Richa e a falência do discurso peemedebista, discurso que está desmoralizado pela ação do governo, pela atuação de secretários incompetentes, como Garanhão, Castor, Simeão e etc.; discurso que pretendeu ser de mudança, mas que acabou se transformando em vício. Em suma, discurso falso, porque eivado de mentira.

Vejamos, sr. presidente, srs. deputados, alguns itens do “pacotão” que vamos votar esta tarde. Aumenta a dívida externa do povo paranaense, e dos brasileiros em 184 milhões de dólares e cala a boca do PMDB, desmoralizando, desta forma, a gritaria que faziam a respeito da dívida. E desejo alertar para mais uma atitude ilegal do Governo José Richa, mais uma atitude de profundo desrespeito para com a Lei, a Constituição e este Poder.

Ainda ontem tivemos oportunidade de presenciar pela televisão e ler hoje nos jornais a...

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Na sequência, ...

notícia da assinatura do contrato entre o governador José Richa, através da Copel e o BIRD para o empréstimo internacional de cento e quatro milhões de dólares.

Como sr. presidente? Como srs. deputados? Pode o Governador do Estado desconhecer, que só pode assumir um empréstimo internacional, após lei votada por esta Assembléia? Que Estado é este? Que regime é este? Onde o todo poderoso Governador José Richa vai para Brasília assinar com o Banco Internacional um empréstimo de cento e quatro milhões de dólares, sem lei autorizatória desta Casa? Até onde sr. presidente e srs. deputados, os “garanhões” da vida irão continuar a zombar deste Poder sem o mínimo respeito do Poder Executivo para com os companheiros do seu partido? (Vozes sobrepostas).

Aumenta, sr. presidente, a alíquota do ICM; aumenta, sr. presidente e srs. deputados, o “pacotão” que os empresários paranaenses denunciaram como início da ditadura fiscal neste Estado de dezesseis por cento para dezessete por cento, desfechando assim o aperto fiscal e dentre outras medidas, penaliza os pequenos comerciantes, com multas elevadas, massacrando os micro-empresários e afogando os industriais.

É o terrorismo de Garanhão em todos os sentidos; e lembrar que o discurso do PMDB era contra a sobrecarga fiscal, até parece brincadeira.

Mais um item para propostas do partido que é desmoralizado e desmoralizados estão aqueles que batalharam pela redução.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao sr. deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. presidente, eu não aceito a colocação de “desmoralizado” ao nosso Partido, do líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Desmoralizados, sr.

presidente, estão aqueles que ontem no palanque gritavam contra a sobrecarga fiscal, que diziam que apenas um governo competente, sem aumento de alíquota, sem arroxo fiscal, seria possível fazer o Paraná que todos sonhamos.

Hoje verificamos que a promessa de ontem se transforma na mentira de hoje, mas continuemos sr. presidente,

srs. deputados, a analisar o "pacotão" que esta Assembléia, no regime de convocação extraordinária, a toque de caixa, está a apreciar nesta tarde.

Pede autorização para emprestar oitenta milhões de dólares, que ninguém sabe a que serão destinados. Desta maneira desmoralizam o discurso e os reiterados pronunciamentos daqueles que juraram endireitar o regime, pela seleção de projetos e aplicação de recursos. É proposto finalmente o aumento de apenas sessenta e cinco por cento aos salários dos servidores públicos; muito abaixo dos índices do INPC. Dessa forma, desmoraliza aquele solene compromisso de que o reajuste nunca seria inferior ao INPC integral. E nos gritos eleitorais, os partidários do PMDB chegavam até a prometer ao funcionalismo que o aumento de vencimentos seria mais do que o INPC, a título de reposição do arrocho salarial dessas categorias de trabalhadores. Pois bem, com os sessenta e cinco por cento de Richa e Garanhão, a dupla não cumpre o prometido; desmoraliza as propostas de seu partido e retira da sofrida classe dos servidores públicos, quarenta e sete por cento do que lhes deveria ser pago, se a promessa fosse cumprida integralmente. E a dupla gasta milhões de cruzeiros em propaganda, para dizer que o aumento proposto por Garanhão, é o mais alto do País. Não dão o que prometeram, e ainda retiram quarenta e sete por cento ao mês, dos funcionários públicos estaduais.

Esses, são alguns procedimentos que já desmoralizam o discurso da mudança, se acrescentarmos à promessa de que o PMDB no Poder, descartaria as obras faraônicas e que hoje presenciamos o Governador José Richa e seu Secretariado, defendendo intransigentemente, uma obra orçada a preços de hoje, em um bilhão de dólares, só para início de trabalhos, como é o caso da Usina de Salto Segredo. Então chegaremos à conclusão, de que o discurso do PMDB está a se desmoralizar, igualmente quem proferiu e que nos resta a certeza de que, Richa Governador, foi a concretização do engano na hora de mudar. Os fatos estão aí a comprovar a verdade desta afirmação. Felizmente, o povo paranaense disso fará memória, para no momento oportuno, dar nas urnas as respostas que os aplicadores das mentiras merecem e sejam expulsos das posições que assumiram, travestidos com a máscara da falsidade.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Luiz Alberto, a primeira afirmativa de vossa excelência, qualificando de mentiroso o Partido da Oposição, não me parece verdadeiro. Mentiroso, normalmente, é quem afirma ou sempre, é quem afirma, a inverdade. E a inverdade tem sido afirmada muitas e muitas vezes pela tribuna, inclusive, hoje, por vossa excelência. Quando, empolgado, vossa excelência diz que o Governador José Richa está firmando um convênio sem autorização desta Casa é uma inverdade. Deputado Luiz Alberto, que eu poderia desconhecê-la e não vossa excelência. Porque foi o Legislativo passado que autorizou o empréstimo; autorizou o governo do Estado a firmar o empréstimo

Segundo, banco algum faria o contrato de empréstimo ao Banco do Estado do Paraná, sem que tivesse a devida Lei dando cobertura a essa transação internacional.

A decepção do povo do Paraná com o Governo José Richa, fica a seu critério. Talvez à sua bancada, ou a seu partido, porque a verdade é que sentimos no povo do Paraná, nas viagens que tenho feito ao interior, acompanhando o governo José Richa em determinados momentos em que se instala o governo no interior, nos mostra uma outra realidade.

O povo paranaense está acreditando num governo que

está se implantado no Paraná, para fazer o Estado progredir.

Nós do PMDB nunca fomos contra a locação de recursos que eram internos ou que eram externos, quando aplicados para um fim que se justifique o que o PMDB concenou durante toda a campanha, e continua concenando, são as verdadeiras negociatas internacionais para serem aplicadas em obras que o País inteiro repudia.

Agora, não me parece que a colocação de recursos para fazermos a eletrificação rural dos trabalhadores rurais da região que vossa excelência representa, seja inclusive, em dinheiro mal tomado.

A Lei, deputado Luiz Alberto, nº 7.157, de 28/05/79, válida até 83, dá autorização para que o governo possa firmar o contrato que firmou.

E nós não estamos ainda em 31/12/83.

Então, deputado Luiz Alberto, o papel da Oposição, realmente, é importante em qualquer parlamento do mundo.

O papel do PDS como Oposição no Estado do Paraná, é de valia para o próprio Estado paranaense.

Agora, Oposição que possa oferecer críticas fundadas no momento certo nas coisas erradas, via de regra nós temos ouvido nesta tribuna, são pronunciamentos que são fotocópias um dos outros, tentando mostrar uma realidade que não existe, que o povo do Paraná esteja desacreditado e arrependido de ter votado no governo Richa.

Nós do PMDB, acreditamos nesse governo, tanto que ouviremos daqui há três anos, nas urnas, o povo do Paraná, ratificar a escolha que fez, alegando o PMDB para dirigir o nosso Estado paranaense.

Agradeço o aparte e quero adiantar ainda que nós faremos uma análise nesta tribuna, nesta Assembléia a respeito dos tão propalados sessenta e cinco por cento de aumento para o funcionário público que está sendo distorcido da tribuna, não sendo também a realidade, porque sessenta e cinco por cento é o teto mínimo que foi dado a determinadas categorias do funcionalismo público.

A verdade é bem outra. A média do aumento do funcionalismo público é muito maior do que sessenta e cinco por cento, e isto nós teremos oportunidade de discutir nesta Casa, para vermos de que lado estão as verdades dos fatos.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pasmé sr. presidente, srs. deputados, seja a lei autorizando o Governo do Estado a tomar empréstimo de 104 milhões de dólares. Por que outra solicitação sr. presidente de empréstimo internacional com o mesmo objetivo e com a mesma finalidade, cabe ao dirigente... (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta presidência comunica ao ilustre orador que se encontra na tribuna, que acaba de chegar nesta Casa, sua excelência, o senhor vice-presidente da República.

E diante, disso, essa presidência convida os srs. deputados para recebê-lo e suspende a sessão por dez minutos.

Comunica a vossa excelência que o tempo que lhe resta, vossa excelência poderá ocupar logo após.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela ordem)

Sr. presidente, antes da suspensão desta sessão, gostaria de manifestar o meu repúdio à presença do presidenciável Aureliano Chaves e...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa não pode receber a questão de ordem nos termos que vossa excelência levanta.

(Fica suspensa a sessão por dez minutos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está reaberta a

sessão.

Consulto à liderança do Partido Democrático Social se usará o restante do horário que lhe é destinado, que é de oito minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Com a palavra o deputado Donato Gulin, que fará uso pelo restante do horário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o sr. deputado Donato Gulin, no horário destinado à Liderança do Partido Democrático Social, por oito minutos.

O SR. DONATO GULIN — Sr. presidente, srs. deputados. Nós queríamos, inicialmente, parabenizar a Comissão Executiva desta Casa, pelo jantar festivo dado na noite de ontem, onde a maioria dos nossos companheiros deputados compareceram, mas, muito mais importante do que isso, compareceram o que nós realmente entendemos como Assembléia Legislativa.

Nós sabemos que a Assembléia Legislativa existe, porque existem deputados; mas nós sabemos também que os deputados são passageiros, a nossa estadia aqui é passageira. Pena que não esteja presente, aqui no Plenário, o nosso companheiro deputado Francisco Escorsin, o mais antigo deputado desta Casa, indo para o sexto mandato. Mas, muito mais do que ele, e muito mais do que todos nós, são os funcionários que trabalham nesta Casa, alguns com mais de 35 anos de serviço, o que representaria 9 a 10 mandatos.

Então, parabenizá-lo, sr. presidente, pela festividade.

Mas, nesta mesma ocasião, sr. presidente e srs. deputados, participando, a convite dos membros da Mesa, tivemos o prazer de sentar ao lado do nosso companheiro deputado Roberto Requião, e numa conversa informal, tendo a nossa vizinhança o Secretário de Finanças, do qual, lamentavelmente, e desculpe a nossa ignorância, desconhecemos o nome, nos foi apresentado, e nos perguntou o que nós éramos no sistema político do Estado do Paraná.

E é por isso, sr. presidente, e é por isso, srs. deputados, que eu ocupo a tribuna aqui, no dia de hoje, para pedir uma certidão à Comissão Executiva, uma certidão do nosso papel aqui dentro desta Casa e no Estado do Paraná, para que nós possamos enviar à Secretaria de Finanças do Estado do Paraná, ao Secretário da Secretaria de Finanças, para que o mesmo tome conhecimento do nosso papel.

Além disso, nós estaremos enviando, juntamente com a certidão negativa pedida neste momento, o nosso "currículo", o nosso passado, a nossa vida particular e pública, dentro do Estado do Paraná.

Não quero, é claro, voltar à árvore genealógica da nossa família; família que fundou o antigo distrito de Santa Felicidade, hoje um bairro da nossa cidade, para que este Secretário saiba o papel que nós tivemos dentro desta cidade de Curitiba e do Estado do Paraná. E eu espero que o Secretário faça a reciprocidade: nos mande o seu currículo, para analisarmos aqui nesta Casa, neste Plenário, a sua vida particular e pública, para que o povo de Curitiba e o povo do Paraná, conheça o seu passado.

Sr. presidente e srs. deputados, maiores comentários estaremos fazendo terça-feira, na próxima sessão, para que possamos analisar o acontecido no jantar festivo da Assembléia Legislativa.

E agora pediria ao nosso companheiro deputado Roberto Requião para que nos apartasse e para que nos dissesse o que talvez tem vontade de dizer e está se reprimindo, está se contendo para não dizer. Se o mesmo não quiser fazer uso da palavra, eu encerro, neste momento,

senhor presidente e senhores deputados, para usarmos da palavra na próxima sessão.

O Sr. Roberto Requião — Vossa excelência concede um aparte? (Assentimento).

Eu estou apartando o deputado, simplesmente, porque o importante para nós do PMDB é que os nossos companheiros do PDS estejam sempre satisfeitos. E tendo satisfeita a vossa vontade, agradeço o aparte que me foi concedido.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa excelência concede um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Donato Gulin. Vossa excelência é um homem público conhecido pelo Paraná e pela sua gente; prefeito municipal de Curitiba, presidente da Câmara Municipal desta Cidade, de uma família honrada, de uma família que desbravou um bairro e construiu uma história de honradez; de dignidade nesta terra, características que, provavelmente, faltam a um secretário cuja paternidade é desconhecida, pelo menos, dos paranaenses.

Por isso, nobre deputado, vossa excelência não estranhe um coice a mais um coice a menos do senhor Garanhão, porque ele já deu coice até no doutor Léo de Almeida Neves . . .

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta presidência solicita do nobre deputado apartante, que observe o Regimento no tratamento.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Agradeço a vossa excelência a corrigenda.

Nós sabemos que o pinote que o senhor Léo de Almeida Neves sofreu no Banco do Estado foi, seguramente, pelas forças do pró-cônsul, secretário de Estado, funcionário da alta tecnocracia brasileira, o qual foi trazido pelas mãos do governador José Richa para dirigir os destinos da Pasta das Finanças Públicas. E o Paraná que conhece o seu passado e desconhece o passado de Erasmo Garanhão, hoje está vivendo o presente do reinado de Garanhão nesta terra, com o arrocho fiscal, com a denúncia da microempresa de que neste Estado está se implantando uma ditadura fiscal . . .

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que o seu tempo está esgotado.

Concede-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Conseqüentemente, nobre deputado Donato Gulin, o Paraná conhece vossa excelência e desconhece o passado de Garanhão.

O SR. DONATO GULIN — Agradeço o aparte de vossa excelência e encerro, senhor presidente, nos inscrevendo para a próxima sessão. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 247/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 167/83)

que objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder garantias ou contra-garantias em operações de créditos internos ou externos, a serem realizadas pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica — Copel, nos limites que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por maioria.— Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, senhor presidente, para declarar o voto contrário da bancada do PDS à vista, inclusive da exposição feita em partes pelo senhor deputado Caíto Quintana, de vez que existe lei neste Estado, possibilitando ao governo do Estado contrair empréstimo não se justifica que esta Casa vote uma nova lei cuja finalidade não se conhece.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação.
Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 251/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 164/83), que altera dispositivos pertinentes à Taxa Judiciária, a que se refere o Decreto Estadual n.º 962, de 23-04-82, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade e da C.F., por maioria.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 166/83) que objetiva estabelecer limites autorizatórios para a contratação de empréstimos pela Administração Direta, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por maioria.— Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor presidente. No horário da Liderança já tive a oportunidade de expor posicionamento da bancada do PDS, contrária a esta solicitação de empréstimo internacional que o governo José Richa pleiteia nesta ocasião.

Disse, senhor presidente, senhores deputados, que não se justifica o empréstimo de 80 milhões de cruzeiros para cobrir os déficits orçamentários, déficit orçamentário resultante do aumento das verbas de mordomia e representação nos gabinetes dos senhores secretários de Estado e do senhor governador, especialmente, porque nós sabemos que o Estado do Paraná terá uma arrecadação adicional posterior à aprovação do orçamento, da ordem de 50 bilhões de cruzeiros, senhor presidente, senhores deputados.

E o senhor governador José Richa, mesmo sabendo da aprovação da minireforma tributária, através da emenda Passos Porto, e da possibilidade da aprovação do aumento da alíquota de 16 para 17 por cento, quer fazer mais um empréstimo internacional — este, no valor de 80 milhões de dólares — para endividar ainda mais o nosso Estado e para comprometer a dívida externa do Brasil, que se continuar, no crescendo que vem crescendo, na administração do PMDB.

Porque terei a oportunidade de fazer uma análise dos empréstimos internacionais deste Estado e, demonstrar, senhor presidente, que até 31/12/82, a administração centralizada do Estado do Paraná, devia em dólares, 325 milhões de dólares e em apenas dez meses, a administração peemedebista que maldizia os dólares, eleva a dívida do

Estado do Paraná em 355 milhões de dólares.

Conclui-se, daí, senhor presidente, senhores deputados, que em dez meses o governo peemedebista, aumenta mais a dívida externa em dólares do que todas as administrações do Estado do Paraná.

Por esta razão, senhor presidente, a bancada do PDS vota contrariamente ao pedido de empréstimo internacional do governador do Estado e do senhor Erasmo Garanhão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em discussão.
Em votação.— Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do doutor Hassan Cury, ocorrido no dia 13 de dezembro do corrente ano, nesta Capital.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do doutor Hassan Cury, ocorrido no dia 13 de dezembro do corrente ano, nesta Capital.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Bruno Roberto Mattioli, ocorrido no dia 13 de dezembro do corrente ano, no município de Londrina.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhora Geni Otto, ocorrido no dia 13 de dezembro do corrente ano, no município de Cruz Machado.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor José Ader, ocorrido no dia 14 de dezembro do corrente ano, nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de regozijo aos organizadores da 8a. Festa do Pêssego e do Ovo e 4a. Agroindustrial, no município de Araucária.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja aplicado o disposto no artigo 108 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, dos Projetos de Lei n.ºs 222/83, 244/83, 245/83, 246/83, 248/83, 249/83, 250/83, 254/83, 231/83, 255/83, 256/83, 257/83 e 258/83.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 254/83, 255/83, 256/83, 257/83 e 258/83.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Interior, para que o mesmo determine à Sanepar, a extensão da rede de distribuição de água ao Aeroporto “Águia Branca”, localizado no município de Manoel Ribas.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior,

solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Justiça, encarecendo o fornecimento de relatório dos prejuízos havidos na Prisão Central do Estado e no Presídio do Ahú, por ocasião da rebelião dos detentos. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à senhora professora Lilial Anna Wachovitz, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a doação de móveis para se desenvolver atividades dentro da FETAP - Fundação de Ensino Técnico de Apucarana - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio, de expediente ao senhor presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo estudos com vistas a estender das 9.00 às 17.00 horas o horário de expediente externo daquele estabelecimento oficial de crédito, sem prejuízo da jornada normal de trabalho dos funcionários. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações ao senhor governador do Estado, em como consiste o plano de ajuda do governo do Estado, a municípios administrados por prefeitos do PMDB. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de lei nº 254/83, que trata do aumento do funcionalismo público do Estado do Paraná. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edgar Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 13º aniversário da COOPAVEL - Cooperativa Agro-Pecuária Cascavel Ltda. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Administração, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na recuperação de diversos prédios públicos localizados no município de Campo Mourão. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à senhora diretora superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a aquisição de um micro-ônibus para o município de Fênix. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e Esporte, visando a construção de uma quadra de esportes no Distrito de Arapuã, no município de Ivaiporã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e Esportes, encarecendo a construção de uma quadra de esportes no distrito de Alto Porã, no município de Ivaiporã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e Esportes, visando a construção de uma quadra de esportes no distrito de Romeópolis, no município de Ivaiporã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos senhores ministro presidente do Supremo Tribunal Federal e demais ministros daquela Corte, encarecendo que submetam a julgamento ainda este ano, o Recurso Ordinário oriundo deste Estado, impetrado em favor de Juvêncio Mazarollo. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e Esportes, encarecendo a construção de uma quadra de esportes na localidade de Santa Bárbara do Ivaí, no município de Ivaiporã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo estudos que viabilizem regularizar a situação funcional de jornalistas ocupantes de cargos nos quadros da Administração Pública. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações a senhora secretária da Educação, quanto a proposta de reestruturação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, e da Faculdade de Educação Musical do Paraná. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos senhores prefeito municipal e presidente da Câmara de Vereadores, pela passagem do 22º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Corbélia. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio

Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Interior, para que o mesmo determine junto à COPEL para que seja processada a instalação de luz no Parque Residencial Morumbi III no município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 31º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Peabiru. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente solicitando o voto de congratulações, pela passagem do 19º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Boa Esperança. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 31º aniversário de emancipação política do município de Sertaneja. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem de mais um aniversário de emancipação política do município de Alvorada do Sul. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22º aniversário de emancipação política do município de Terra Roxa. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, objetivando a liberação de recursos para o pagamento do 13º salário ao funcionalismo público do município de Araruna. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem de mais um aniversário de emancipação política do município de Colorado. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 31º aniversário de emancipação política do município de Leopólis. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 2º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Juranda. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado

Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no pagamento do 13º salário do funcionalismo público do município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos para pagamento do 13º salário ao funcionalismo público do município de Engenheiro Beltrão. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Poder Judiciário, pela criação das Comarcas de Rio Branco do Sul e Piraquara. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos a serem aplicados no pagamento do 13º Salário do funcionalismo público do município de Campina da Lagoa. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora secretária da Educação, visando a construção de onze novas salas de aula, na Escola Estadual Anita Garibaldi- Ensino de Primeiro e Segundo Grau, no município de Jardim Alegre. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores ministro da Agricultura, presidente do INCRA e coordenador regional do INCRA no Estado do Paraná, encarecendo a não redução da alíquota do ITR, para o exercício de 1984, aos municípios declarados em situação de emergência pelas enchentes que assolaram nosso Estado, no ano em curso. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Administração, encarecendo a colocação de gabiões, ou seja feito serviço de enrocamento no Balneário de Caiobá, no município de Matinhos através da EMOPAR. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo a inclusão no próximo orçamento, da pavimentação da rodovia que liga os municípios de Borrazópolis a Cambira, interligando as localidades de

Três Placas, Porto Ubá e Ponte Preta. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, para que através da secretaria das Finanças, gestione junto à diretoria do Banco do Estado do Paraná S.A., a doação à prefeitura municipal de Sabáudia, o prédio do hospital daquele município. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, logo após o encerramento da Sessão Solene com início às 14:00 horas do mesmo dia, destinada a reverenciar a memória do ex-deputado Gabriel Sampaio, falecido recentemente com a seguinte,

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 247, 251 e 252/83.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 255/83.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 245, 248, 250, 222, 244, 246, 249, 254, 231, 256, 257 e 258/83.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA) ATA DA 15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1983

Presidência do sr. deputado Trajano Bastos, secretariada pelos srs. deputados Eduardo Baggio e Francisco Escorsin.

Às 17,30 horas é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Dulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Não havendo expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 srs. deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 255/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 172/83), que autoriza o Poder Executivo doar à “FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL NORTE PIONEIRA DE JACAREZINHO”, parte do imóvel localizado no perímetro urbano de Jacarezinho, conforme especifica. Com parecer-FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 255/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho, parte do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, com a área de 9.896,00 m², localizado no perímetro urbano de Jacarezinho, objeto da Matrícula nº 2.067, fls. 1, do Livro nº 2, do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jacarezinho.

Art. 2º — A presente doação fica gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da escritura de doação e destinada exclusivamente sua utilização para fins de assistência social, revertendo ao patrimônio do Estado do Paraná, se esta finalidade comprovadamente não ocorrer.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 255/83

PARECER:

O projeto de lei em questão, oriundo de Mensagem Governamental nº 172/83, concede autorização legislativa para que o Poder Executivo possa doar à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro, de Jacarezinho, parte do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, com a área de 9.896,00 m², localizado no perímetro urbano daquela cidade, matriculado sob o nº 2067, fls. 1, do Livro nº 2, do Registro Geral do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Jacarezinho.

A doação será gravada com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da escritura de doação, ficando expressa a destinação do imóvel para fins de assistência social, revertendo ao Estado na falta de cumprimento desta finalidade.

Nestas condições, por se tratar de matérias de relevante interesse social, nada temos a opor e, como não é ferido, qualquer dispositivo legal ou constitucional, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
HERMAS BRANDÃO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declara encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.